



# Inspirali Educação S.A.

CNPJ/MF Nº 35.822.503/0001-27 | NIRE 31.300.130.835

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

milhões de receitas financeiras. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** A linha de imposto de renda e contribuição social correntes foi de R\$ 2,3 milhões e de R\$ 7,9 milhões de imposto de renda e contribuição social diferidos. **Lucro Líquido:** A Companhia registrou um lucro líquido consolidado de R\$ 467,5 milhões, representando 15% da receita operacional líquida. **Caixa e Aplicações Financeiras:** Encerramos o quarto trimestre de 2024 com uma posição de caixa e aplicações financeiras de alta liquidez de R\$ 905,2 milhões que servirão para garantir a manutenção e expansão da operação. **Investimentos:** Finalizamos o quarto trimestre de 2024 com investimentos con-

solidados de R\$ 102,6 milhões, equivalente a 3% da receita líquida. **Empréstimos:** Encerramos o quarto trimestre de 2024 com o saldo de R\$ 2.022,7 milhões em empréstimos, representado basicamente pela segunda emissão de debênture. **Declaração da Diretoria:** Os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025

Tiago Garcia Moraes - Diretor Financeiro e Relações com Investidores

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - (Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL				
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
<b>Ativos Circulantes</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	60.264	86.850	139.617
Aplicações financeiras	6	508.042	436.511	810.850
Contas a receber	7	684	11	578.456
Adiantamentos diversos	8	661	555	26.072
Impostos e contribuições a recuperar	9	11.371	11.761	29.552
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	612
Contas a receber com partes relacionadas	29	51	9.569	11.222
Dividendos a receber	29	216.756	290.565	-
Outros ativos circulantes		44	74	6.125
		<b>797.873</b>	<b>835.896</b>	<b>1.538.009</b>
<b>Ativos mantidos para venda</b>				
	13	-	-	32.000
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>797.873</b>	<b>835.896</b>	<b>1.570.009</b>
<b>Ativos Não Circulantes</b>				
Contas a receber	7	-	-	75.249
Impostos e contribuições a recuperar	9	12.551	9.969	35.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	1.905	1.831	-
Direitos a receber por aquisições	11	-	-	247.335
Depósitos Judiciais	22	70	487	127.345
Créditos com partes relacionadas	29	-	-	76
Outros ativos não circulantes		-	-	9.191
Investimentos	12	2.926.110	2.874.761	1.672
Imobilizado	13	1.261	766	388.652
Direitos de uso de arrendamentos	14	-	-	689.703
Intangível	15	54.242	46.725	4.557.684
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>2.996.139</b>	<b>2.934.539</b>	<b>6.062.894</b>
<b>Total dos Ativos</b>		<b>3.794.012</b>	<b>3.770.435</b>	<b>7.631.903</b>
<b>Passivos Circulantes</b>				
Fornecedores		3.010	3.335	155.056
Contas a pagar com partes relacionadas	29	284	1.129	35.138
Arrendamentos a pagar	14	-	-	109.600
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	27.680	560.474	27.680
Obrigações sociais e salariais	17	8.708	14.721	117.925
Obrigações tributárias	18	1.280	1.337	40.567
Adiantamentos de Clientes	19	290	986	92.616
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	13.565
Contas a pagar por aquisições	21	2.276	11.927	12.211
Dividendos a pagar	29	81.147	76.835	81.147
Outros passivos circulantes		-	-	36.834
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>124.675</b>	<b>670.744</b>	<b>722.339</b>
<b>Passivos Não Circulantes</b>				
Arrendamentos a pagar	14	-	-	747.722
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	1.995.067	1.482.187	1.995.067
Adiantamentos de Clientes	19	-	-	8.589
Parcelamento de impostos e contribuições	20	-	-	47.704
Contas a pagar por aquisições	21	952	11.209	59.355
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	39.257
Outros passivos não circulantes		1	-	387.060
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>1.996.020</b>	<b>1.493.396</b>	<b>3.408.629</b>
<b>Total dos Passivos</b>		<b>2.120.695</b>	<b>2.164.140</b>	<b>4.130.968</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>				
Capital social	23	357.143	355.907	355.907
Reserva de capital	23	945.259	945.259	945.259
Ajuste de avaliação patrimonial	23	17.702	19.559	17.702
Reservas de lucros	23	353.213	285.570	353.213
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.673.317</b>	<b>1.606.295</b>	<b>1.606.295</b>
Participação de acionistas não controladores		-	-	1.861.256
<b>Total dos Passivos e Patrimônio Líquido</b>		<b>3.794.012</b>	<b>3.770.435</b>	<b>7.631.903</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital Social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Lucro (Prejuízo) acumulados	Total do patrimônio líquido dos controladores	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
			Retenção de lucros	Reserva legal				
Integralizado								
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>355.907</b>	<b>945.259</b>	<b>(89.295)</b>	<b>196.645</b>	<b>148.742</b>	<b>1.557.258</b>	<b>1.951.774</b>	<b>3.509.032</b>
Ganho no aumento de capital de controladora	-	-	-	-	-	103.947	88.596	192.543
Ajuste de avaliação patrimonial passivo de resgate de opção IBCMED	-	-	-	-	-	4.907	4.907	726
Aquisição de Investimento	-	-	-	-	-	-	(3.697)	(3.697)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(196.645)	(148.742)	(95.190)	(440.577)	(10.911)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	(285.570)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	380.760	(160.325)	220.435
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>355.907</b>	<b>945.259</b>	<b>19.559</b>	<b>285.570</b>	<b>-</b>	<b>1.606.295</b>	<b>1.861.256</b>	<b>3.467.551</b>
Ajuste de avaliação patrimonial passivo de resgate de opção IBCMED	-	-	(1.857)	-	-	(1.857)	-	(1.857)
Amortização de ações preferenciais - ex-medicina	-	-	-	-	-	-	(173.398)	(173.398)
Aumento de Capital	1.236	-	-	-	-	1.236	1.236	1.236
Dividendos distribuídos	-	-	-	(175.797)	-	(81.146)	(256.943)	(15.160)
Constituição reserva de lucros	-	-	-	-	-	(243.440)	-	-
Constituição reserva legal	-	-	-	(19.038)	19.038	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	324.586	324.586	467.458
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>357.143</b>	<b>945.259</b>	<b>17.702</b>	<b>334.175</b>	<b>19.038</b>	<b>1.673.317</b>	<b>1.815.570</b>	<b>3.488.887</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Receita Líquida	25	-	-	3.153.185
Custo dos produtos e serviços	26	-	-	(1.181.953)
<b>Lucro Bruto</b>				<b>1.971.232</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>				<b>1.801.066</b>
Comerciais	26	-	-	(224.470)
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	26	-	-	(126.582)
Gerais e administrativas	26	(46.721)	(64.237)	(794.430)
Resultado de equivalência patrimonial	12	617.999	616.978	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	26	(6.799)	76.209	(8.091)
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>564.479</b>	<b>628.950</b>	<b>817.659</b>
Receitas financeiras		40.600	70.632	140.147
Despesas financeiras		(280.567)	(318.877)	(495.883)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>28</b>	<b>(239.967)</b>	<b>(248.245)</b>	<b>(355.736)</b>
<b>Lucro Antes dos Impostos</b>		<b>324.512</b>	<b>380.705</b>	<b>461.923</b>
IRPJ e CSLL correntes	10	-	-	(2.323)
IRPJ e CSLL diferidos	10	74	55	7.858
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>324.586</b>	<b>380.760</b>	<b>467.458</b>
Participação da controladora		324.586	380.760	324.586
Participação de Não controladores		-	-	142.872

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Lucro do exercício		324.586	380.760	467.458
<b>Resultado Abrangente Total do Exercício</b>		<b>324.586</b>	<b>380.760</b>	<b>467.458</b>
<b>Resultado Abrangente do Exercício Atribuível à:</b>				
Participação da controladora		324.586	380.760	324.586
Participação de Não controladores		-	-	142.872

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
<b>Receita</b>				
Receita de produtos e serviços	25	-	-	3.271.918
Outras receitas		2.395	41.105	28.282
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	7/26	-	-	(126.582)
<b>Insumos Adquiridos por Terceiros</b>				
Custo dos produtos e serviços		-	(966)	(121.855)
Materiais, serviços, de terceiros e outros		(22.322)	20.609	(629.399)
<b>Valor Adicionado Bruto</b>		<b>(19.927)</b>	<b>60.748</b>	<b>2.422.364</b>
Depreciação e amortização	26	(8.658)	(5.477)	(345.264)
Ratão depreciação e amortização	26	(100)	(119)	(52.424)
<b>Valor Adicionado Líquido</b>		<b>(28.685)</b>	<b>55.152</b>	<b>2.024.676</b>
<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial		617.999	616.978	-
Receitas financeiras	28	40.600	70.632	140.147
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>		<b>629.914</b>	<b>742.762</b>	<b>2.164.823</b>
<b>Valor Adicionado Distribuído</b>		<b>629.914</b>	<b>742.762</b>	<b>2.093.427</b>
<b>Pessoal</b>				
Remuneração direta		20.096	32.548	742.119
Benefícios		1.125	4.202	57.867
FGTS		1.418	1.387	72.603
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>				
Federais		1.837	4.650	184.623
Estaduais		-	-	8
Municipais		126	25	133.547
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>				
Juros	28	280.567	318.877	495.883
Aluguéis		159	313	10.715
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		<b>324.586</b>	<b>380.760</b>	<b>467.458</b>
Lucro líquido do exercício		324.586	380.760	324.586
Participação de acionistas não controladores		-	-	142.872

no entanto, haver divergências entre os resultados reais e as estimativas acima citadas. As áreas que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que as premissas são significativas para essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são divulgadas abaixo: **3.1.1. Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente e diferido:** A Companhia reconhece o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa quando há provável disponibilidade de lucros tributáveis futuros ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos com base na alíquota efetiva. Para as entidades operacionais participantes do PRUNI a alíquota efetiva é equivalente a zero e, para as entidades não participantes do PRUNI, a alíquota efetiva é de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. **3.1.2. Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23/ICPC 22):** O Grupo adota certas posições fiscais na aplicação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido que acredita estarem de acordo com a legislação vigente e cuja análise atual de prognóstico, com base em avaliação do departamento jurídico interno da Companhia, amparada por opinião de assessores jurídicos externos, é de que elas serão provavelmente aceitas em decisões de tribunais superiores de última instância. Contudo, a determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pelo Grupo, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários, o que pode resultar em as autoridades fiscais não concordarem com ou mais destes procedimentos. **3.1.3. Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis:** As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis são constituídas para todos os processos que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos internos e externos do Grupo, a natureza dos processos e experiências passadas. Os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente registrados pelo valor justo na data da aquisição. A Administração acredita que essas provisões são suficientes face aos riscos assumidos e estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras. **3.1.4. Direito de uso de arrendamentos e arrendamentos a pagar:** Os direitos de uso por meio de contratos de arrendamento envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento, tais como o prazo de arrendamento e a taxa incremental de juros de financiamento. Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). A Companhia e suas controladas não têm condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato. A taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Desta forma, o Grupo adotou uma taxa Brasil livre de risco ajustada pelo spread (taxas incrementais) sobre os empréstimos da Companhia, que é a taxa que a controladora pagaria em dívidas semelhantes nos mesmos termos, para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos. Essas taxas levam em consideração a taxa livre de risco e o prêmio de risco de crédito da controladora Ânima, ajustadas para refletir as condições e características específicas do arrendamento, como o risco do ambiente econômico do país e o prazo e data de início de cada contrato. **3.1.5. Perdas estimadas - contas a receber:** A Companhia e suas controladas avaliam prospectivamente a estimativa para créditos de liquidação duvidosa associada às suas contas a receber. A metodologia aplicada considera se houve uma mudança significativa do risco de crédito. A Companhia e suas controladas aplicam a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9/ICPC 48 para contas a receber de clientes, que exige que as perdas esperadas ao longo da vida sejam reconhecidas desde o reconhecimento inicial das contas a receber. Normalmente, são registradas pelo valor faturado ajustado pelas perdas de crédito esperadas. As estimativas são baseadas nas perdas incorridas nos últimos três anos. As taxas de perda históricas são então ajustadas para refletir informações atuais e futuras sobre fatores macroeconômicos que podem afetar a capacidade dos alunos de liquidar os recebíveis. A Companhia e suas controladas analisam outros diversos indicadores e, se necessário, ajusta as taxas históricas de perdas com base nas mudanças esperadas nesses fatores. Para mitigar o risco de crédito das contas a receber, a matrícula para o próximo semestre letivo é, em termos gerais, bloqueada para os alunos inadimplentes com empresas do Grupo. **3.1.6. Impairment de ativos não financeiros:** O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para redução ao valor recuperável, ou com maior frequência, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que as condições de recuperabilidade podem estar deterioradas. Outros ativos são testados para redução

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota	Controladora		Consolidado
		01/01/2024 a 31/12/2024	01/01/2023 a 31/12/2023	
Lucro líquido do exercício		324.586	380.760	467.458
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6/26	-	-	126.582
Atualização (reversão) depósitos judiciais	22	431	(228)	(468)
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	13/15/26	8.658	5.477	229.305
Amortização direito de uso de arrendamentos	14/26	-	-	115.959
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	13/15	-	39	5.232
Baixa direito de uso de arrendamentos	14	-	-	(5.017)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(617.999)	(616.978)	-
Desp. de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcel. impostos	16	277.661	315.490	277.661
Perda por impairment	15	-	-	516
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	22/26	-	-	4.122
Despesa de ajuste a valor presente				



## → continuação

adquiridos, os passivos assumidos e os passivos contingentes assumidos na aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Saldos e transações entre empresas do Grupo são eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. (b) **Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida ao valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, como "Lucros ou prejuízos acumulados" para posterior deliberação da assembleia de acionistas quanto à destinação destes valores. (c) **Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida no resultado do exercício e a participação nas mudanças das reservas é reconhecida nas reservas de patrimônio do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações em nome da coligada ou joint venture ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidas na demonstração do resultado. **4.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas de avaliação quando os saldos patrimoniais são remensurados. Os ganhos e/ou perdas cambiais relacionados às transações são apresentados líquidos na demonstração do resultado. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. **4.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor. **4.4. Ativos financeiros: 4.4.1. Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado. • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. (i) **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, onde os fluxos de caixa dos ativos representam apenas pagamentos de principal e juros. A receita de juros desses ativos financeiros é registrada como receita financeira pelo método da taxa de juros efetiva. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do ativo é reconhecido diretamente no resultado e é apresentado em outras receitas (despesas). As perdas por redução ao valor recuperável são apresentadas nas despesas gerais e administrativas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros compreendem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos a partes relacionadas, contas a receber, direitos a receber por aquisições, depósitos judiciais e outros ativos. (ii) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos que não atendem aos critérios de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes e são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em um investimento de dívida que é subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em Outras receitas (despesas), líquidos no período em que ocorrem. Atualmente as empresas do Grupo não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **4.4.2. Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **4.4.3. Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas. Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros. **4.4.4. Impairment:** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPA 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **4.4.5. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **4.4.6. Instrumentos financeiros derivativos:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher o método e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **4.5. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços e venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das estimativas para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. **4.6. Depósitos judiciais:** Existem situações em que as empresas do Grupo contestam a legitimidade de determinados passivos ou ações judiciais movidas contra ela. Diante dessas impugnações, por ordem judicial ou por estratégia da Administração, os respectivos valores são depositados em juízo, sem caracterizar a liquidação do passivo. A atualização monetária é apresentada de acordo com sua natureza no grupo de receitas ou despesas financeiras. Alguns processos existentes antes da aquisição de algumas entidades são indenizáveis pelos antigos proprietários. **4.7. Ativos de indenização:** São despesas ou indenizações de responsabilidade de ex-proprietários das empresas do Grupo ou relacionadas ao contrato de compra e venda. Os ativos de indenização têm um passivo relacionado. Os ativos de indenização são contabilizados na rubrica "Direitos a receber por aquisições" do balanço patrimonial. **4.8. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo histórico menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Terenos e obras em andamento não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada do ativo, como segue:

	Anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10-34
Edificações	25-40
Máquinas e equipamentos	10
Biblioteca e videoteca	10
Móveis e utensílios	10
Computadores e periféricos	5
Equipamentos de laboratório	5
Outros	5-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores admitidos em uma combinação de negócios com o valor contábil e são reconhecidos em Outras receitas (despesas) operacionais líquidas na demonstração do resultado. **4.9. Ativos mantidos para venda:** Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de transação. Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. **4.10. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida têm sua amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas pela vida útil estimada dos bens. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por licenças, polos EAD e ágio, que não sofrem amortização, e são testados para redução ao valor recuperável pelo menos anualmente. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são reconhecidos separadamente do ágio e são registrados pelo valor justo na data da aquisição. O ágio resulta da não controleadores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. As licenças adquiridas em combinações de negócios referem-se aos direitos de exploração de cursos e instituições de ensino. Essas licenças são avaliadas como tendo vida útil indefinida, uma vez que a partir do momento em que tal licença é concedida a probabilidade de perda é praticamente nula. Licenças, polos EAD e ágio não são amortizados. A amortização de outros intangíveis é calculada pelo método linear para reduzir seu custo aos seus valores residuais ao longo de sua vida útil estimada, conforme segue:

	Anos
Marcas e patentes	30
Carteiras de clientes	4,5 - 5
Acordo de não competição	8
Tecnologia	5
Software	5
Desenvolvimento de conteúdo de ensino a distância	3
Credenciamento MEC	3

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis a um projeto e teste de intangíveis identificáveis, controlados pelas empresas do Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável completar o intangível para que esteja disponível para uso; • A Administração pretende completar o intangível e utilizá-lo; • Há capacidade de usar o intangível; • Pode ser demonstrado que o intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros; • Recursos técnicos, financeiros e outros adequados para completar o desenvolvimento e usar o intangível estão disponíveis ou podem ser obtidos; e • Os gastos atribuíveis ao intangível, durante seu desenvolvimento, podem ser mensurados com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, capitalizados como parte dos intangíveis, incluem custos com empregados e uma parte apropriada das despesas gerais. Os custos de desenvolvimento capitalizados são registrados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, a partir do momento em que o ativo está pronto para uso. Outros gastos de desenvolvimento que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa quando incorridos. **4.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao seu valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os Grupos de Unidades Geradoras de Caixa, que devem se beneficiar da combina-

ção de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **4.12. Combinação de negócios:** O método de contabilização de aquisição é usado para registrar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende: • Valores justos dos ativos transferidos; • Passivos incorridos com os ex-proprietários do negócio adquirido; • Participações societárias emitidas pelo grupo; • Valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente; e • Valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelos seus valores justos na data da aquisição. As Entidades Consolidadas reconhecem qualquer participação não controladora na entidade adquirida em uma base de aquisição por aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação não controladora nos ativos identificáveis líquidos da entidade adquirida. O Grupo utilizou especialistas externos contratados pela Administração para apoiar na mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, os quais envolvem o uso de estimativas críticas relacionadas à projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente. A Administração também exerce julgamentos relevantes quanto à análise da probabilidade de perdas em contingências e aos reflexos tributários das combinações de negócios. Os custos relacionados à aquisição são contabilizados quando incorridos. O valor excedente entre a contraprestação transferida, o valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida e o valor justo na data de aquisição de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida em relação ao valor justo dos ativos identificáveis líquidos adquiridos, é registrado como ágio. Se esses valores forem inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa. Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da aquisição. A contraprestação diferida é classificada como um passivo financeiro. A contraprestação contingente é classificada como um passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo reconhecidas no resultado. **4.13. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **4.14. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que a transação esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos ou debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito irrevocável de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **4.15. Provisões de processos judiciais:** As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa de desconto antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da avaliação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como um incremento na provisão para riscos. Uma vez que os processos judiciais, para os quais foram constituídas provisões de acordo com o IAS 37, ainda estão pendentes de decisão judicial, a Administração entende que as potenciais contrapartes não têm o direito de exigir a liquidação no prazo de doze meses. Consequentemente, essas provisões são classificadas como passivo não circulante. **4.16. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. **4.16.1. IRPJ e CSLL Corrente:** Conforme descrito na nota explicativa 4.18.2, as Instituições de Ensino Superior (IES) fazem parte do Programa Universidade Para Todos ("PROUNI"), que concede às IES privadas isenção de determinados tributos federais, em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação e programas de pós-graduação em tecnologia. Estão incluídos na isenção os seguintes tributos federais: IRPJ (imposto de renda), CSLL (contribuição social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e PIS (Programa de Integração Social), relativos às receitas dos cursos de graduação tradicional e tecnológicos. O imposto de renda e a contribuição social a pagar são calculados com base no lucro tributável de cada empresa, ajustado com base em adições e exclusões previstas na legislação aplicável. O imposto de renda e a contribuição social correntes foram calculados com base nos critérios estabelecidos em instrução normativa emitida pela Receita Federal do Brasil em relação ao PROUNI. Os ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social correntes são mensurados pelo valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias aplicadas para calcular o valor dos tributos são aquelas que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de tributos sobre a renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **4.16.2. IRPJ e CSLL Diferido:** Ativos de imposto de renda e CSLL diferidos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra as quais as diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais possam ser utilizados ou quando há reconhecimento de imposto diferido passivo decorrente de combinação de negócios. Neste último caso, a empresa adquirente reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos limitados a 30% do saldo do tributo diferido passivo constituído. A probabilidade da disponibilidade de lucros tributáveis futuros é baseada em projeções elaboradas com base em premissas internas e cenários econômicos futuros que podem, portanto, estar sujeitos a alterações. O imposto de renda e a CSLL diferidos são reconhecidos pelo método do passivo, sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, bem como sobre prejuízos fiscais. O cálculo do imposto de renda e da CSLL também considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo das instituições é equivalente a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente. Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço, quando há o direito legal e a intenção de compensá-los no momento da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos, em diferentes entidades, são apresentados em separado e não pelo valor líquido. **4.17. Reconhecimento de receita: 4.17.1. Mensalidades:** A receita do Grupo consiste, principalmente, em mensalidades cobradas pelas empresas provedoras dos cursos de graduação e pós-graduação. No caso dos cursos de graduação, os contratos de matrícula são firmados semestralmente e, por isso, os alunos de graduação, que desejam continuar seus estudos, devem prorrogar seus contratos de matrícula a cada semestre. No caso de cursos profissionalizantes de pós-graduação e de formação continuada, o contrato de matrícula abrange todo o programa de graduação ou certificação, que pode variar em duração de três dias a 18 meses. O Grupo presta outros serviços tais como: cursos de ensino superior e profissionalizante, incluindo mestrado, doutorado e extensão, cursos de especialização, cursos preparatórios para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cursos in company, na forma de ensino presencial e à distância, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de software. A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados ao aluno e a empresa provedora do curso cumpre sua obrigação de desempenho contratual por um valor que reflete a contraprestação à qual a empresa espera ter direito em troca por esses serviços. Caso o aluno desista de um curso, a empresa provedora do curso reembolsará, parcialmente, conforme condições contratuais vigentes, a primeira mensalidade, desde que o aluno desista antes do primeiro dia de aula do semestre. Caso o curso já tenha iniciado, a empresa provedora do curso poderá dispensar a mensalidade subsequente mediante o cancelamento da inscrição. Esses valores são reconhecidos líquidos de bolsas e outros descontos, comissões e impostos. As empresas do Grupo têm responsabilidade contratual pela obrigação de prestar os serviços quando recebem adiantamentos dos alunos e da Pravelar antes da prestação dos serviços. Esses adiantamentos estão relacionados, principalmente, às mensalidades e matrículas dos anos subsequentes e são registrados como "Adiantamentos de clientes" e são reconhecidos no resultado do exercício em que os serviços são prestados. A Companhia avalia a recuperabilidade das contas a receber de clientes, conforme descrito na nota explicativa 3.1.5. Os alunos não podem se inscrever novamente para a próxima sessão acadêmica sem uma resolução satisfatória de mensalidades em atraso. Se um aluno desistir de um curso, a obrigação do Grupo em realizar um reembolso depende do descrito acima. Geralmente, as obrigações de reembolso são reduzidas ao longo do período acadêmico. **4.17.2. Eventos:** As receitas de congressos, fóruns, treinamentos e seminários são reconhecidas durante o serviço e prestado ao cliente por um valor que reflete a contraprestação a que a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. A Companhia avalia se existem outras promessas no contrato, que são obrigações de desempenho separadas, às quais uma parte do preço da transação precisa ser alocada. Se um cliente desistir do evento ou o evento for cancelado, a obrigação da empresa provedora dos serviços de emitir um reembolso depende da política de reembolso para esse evento e do momento da desistência do cliente. Tal reembolso só é possível antes da realização do evento e ocorre de forma esporádica e ocasional. Como os principais eventos ocorrem durante o ano, a Companhia considera que os efeitos do reembolso ao cliente não são significativos. **4.17.3. Outras receitas:** Outras receitas são substancialmente decorrentes da cobrança de taxas por serviços extra-acadêmicos, tais como: emissão de histórico escolar, outros documentos de graduação, cessão de espaço, clínicas, exames complementares, entre outros. Essas receitas são reconhecidas quando o serviço é prestado, pelo valor que reflete a contraprestação à qual a empresa provedora dos serviços espera ter direito em troca do serviço prestado. As demais receitas são apresentadas líquidas dos correspondentes descontos, devoluções e impostos. Essas receitas são reconhecidas à medida que o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente, o que geralmente ocorre em um momento, quando o caixa é transferido para as entidades consolidadas, pois a maioria desses serviços ocorre esporadicamente e ocasionalmente e segue simultaneamente com seu recebimento. **4.18. Financiamento estudantil e programas de bolsas de estudo: 4.18.1. FIES:** O Fundo de Financiamento Estudantil ("FIES") é um programa federal instituído para fornecer financiamento a alunos matriculados em cursos de instituições privadas de ensino superior, que tenham obtido avaliação mínima satisfatória de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação ("MEC"). Sob essa estrutura básica, o FIES visa ambos os objetivos da política educacional do governo: maior acesso e melhores resultados de qualidade acadêmica. A IES recebe o benefício do programa FIES por meio de sua participação na intermediação de títulos do CFF-E (Certificado Financeiro do Tesouro), que são títulos públicos emitidos para a IES pelo Governo Federal, as quais a IES pode utilizar para compensar contribuições cobradas pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e algumas outras obrigações fiscais federais. Se a IES estiver em dia com seus impostos (ou seja, possuir um certificado de liberação fiscal e não estiver envolvida em nenhuma ação relacionada a impostos com o Governo Federal, que não esteja sendo defendida em conformidade com os requisitos de títulos/cauções aplicáveis), a IES também tem a opção de vender os títulos em um leilão público realizado por um dos bancos patrocinados pelo Governo Federal. Após mudanças iniciadas em 2014, uma nova reforma do FIES foi implementada pela Lei nº 13.550/2017, que alterou o estatuto original do FIES (Lei nº 1.260/2001). As condições atuais da oferta do FIES foram consolidadas pela primeira vez para o seleção de candidatos no primeiro semestre de 2018 (2018.1). O programa tradicional de financiamento do FIES continua sendo oferecido aos candidatos com renda familiar de até três salários mínimos e, eliminada a carência anterior de 18 meses. O financiamento terá taxa de juros zero. O risco é suportado por um novo fundo de garantia denominado FG-FIES que pode ter aportes públicos iniciais de até R\$ 3 bilhões, e contribuições das IES que variam de 13% para o primeiro ano, entre 10% e 25% para o segundo até o quinto ano (de acordo com as variações relacionadas à inadimplência) e pelo menos 10% a partir do sexto ano. A segunda oferta de financiamento denominada P-FIES originalmente tinha duas variáveis, de acordo com as fontes de financiamento (os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional ou o BNDES). A distribuição de vagas para esta modalidade privilegia os programas oferecidos nos limites regionais correspondentes e é operada estritamente por agentes financeiros, que arcam com os riscos da operação, mas têm direito de cobrança de juros. Outras reformas foram implementadas em dezembro de 2019, após reivindicações do governo de que a sustentabilidade do programa deveria ser uma preocupação primordial para o programa FIES tradicional, bem como promover a meritocracia como parte dos critérios de elegibilidade. Portanto, é exigido um melhor desempenho acadêmico dos candidatos. Por outro lado, houve considerável flexibilização para o P-FIES, sendo a mais significativa a desconsideração da renda familiar do solicitante como condição de acesso ao financiamento. O P-FIES também libera os candidatos da seleção usual via ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio - exame nacional oficial e não obrigatório do ensino médio promovido pelo MEC), além de permitir que os alunos se candidatem a financiamentos a qualquer momento junto a bancos privados para obtenção de linhas de crédito, desvinculando efetivamente o P-FIES do tradicional cronograma anual do FIES e da modelagem original. A regulamentação operacional que detalha a candidatura, seleção e contratação, incluindo os valores máximos e mínimos de financiamento, foi implementada no primeiro trimestre de 2020. As receitas e mensalidades a receber do programa FIES são registradas líquidas do desconto para manutenção do fundo FG-FIES, responsável por cobrar 90% do risco das mensalidades do FIES. **4.18.2. PROUNI:** O Programa Universidade Para Todos - "PROUNI" (Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005) é um programa federal de benefícios fiscais destinado a aumentar as taxas de participação de alunos de baixa renda no ensino superior. O PROUNI concede às IES privadas isenção de alguns tributos federais em troca da concessão de bolsas parciais e integrais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia.

A Lei nº 14.350, publicada em 25 de maio de 2022, altera as Leis nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e nº 11.128, de 28 de junho de 2005, e ratifica a manutenção do PROUNI. Dentre outras alterações, a Lei antecipa a renovação da adesão do programa, que ocorreria apenas em 2025. As IES podem aderir ao PROUNI mediante assinatura de termo de adesão válido por dez anos e renovável por igual período. Este prazo de adesão inclui o número de bolsas a serem oferecidas em cada programa, unidade e turma, para cursos de graduação a serem concluídos a pessoas aptas a ingressar no ensino superior, submetidas à seleção do ENEM, com renda familiar máxima de até 3 salários mínimos por pessoa. Para aderir ao PROUNI, a instituição de ensino deve manter certa relação entre o número de bolsas concedidas e o número de alunos regulares pagantes. A relação entre o número de bolsas concedidas e alunos pagantes regulares é testada anualmente. Caso esta relação não seja observada durante um determinado ano letivo, devido à saída de aderido, a instituição deve ajustar o número de bolsas de forma proporcional no ano letivo seguinte. A IES que tenha aderido ao PROUNI e se mantenha em situação regular está isenta, no todo ou em parte, dos seguintes tributos federais durante o período em que vigorar o prazo de adesão: • IRPJ (imposto de renda) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido), relativos à parcela do lucro líquido proporcional às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia; e • PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) referentes às receitas dos cursos de graduação tradicional e de pós-graduação em tecnologia. A Administração elaborou cálculos para certificar o cumprimento por parte das instituições com a exigência legal e considera que tem direito ao uso do benefício em relação aos anos-calendário de 2024 e 2023. **4.19. Resultado financeiro líquido:** As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência, pelo método da taxa efetiva de juros, exceto no caso de receitas de juros cobradas de mensalidades quando pagas em atraso e juros de fornecedores, em que as receitas e despesas de juros são reconhecidas somente quando cobradas. **4.20. Arrendamento:** As empresas do Grupo alugam vários imóveis para fins administrativos e acadêmicos. Os contratos de arrendamento são geralmente por períodos fixos, mas podem incluir opções de extensão, então há uma natureza única para os ativos subjacentes. Os contratos podem conter componentes de arrendamento e outros não relacionados a arrendamento. O Grupo aloca a contraprestação no contrato aos componentes de arrendamento e de outros não relacionados a arrendamento com base nos preços isolados relativos. Contudo, para arrendamentos de imóveis nos quais o Grupo é o arrendatário, o Grupo optou por não separar componentes relacionados e não relacionados a arrendamentos e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um componente de arrendamento único. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; • Pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou taxa; • Valores que se espera sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; • O preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção; • Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados a valor presente utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo essa a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. O Grupo adota taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de risco nominal de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de uso do ativo. A taxa nominal incremental para prazos contratuais separados por região das operações é apresentada abaixo:

	% por anos		
	0 a 8 anos	9 a 16 anos	17 a 22 anos
São Paulo	11,31% a 13,50%	12,25% a 12,75%	13,00% a 14,03%
Minas Gerais	11,37% a 12,87%	11,12% a 13,12%	12,87%
Santa Catarina	10,31% a 12,56%	10,56% a 16,31%	10,81% a 12,81%
Bahia	11,50% a 13,65%	10,50% a 13,50%	11,00% a 13,00%
Goias	-	-	12,94%
Rio Grande do Norte	10,96% a 13,25%	8,53%	-
Pará	-	13,25%	-

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • Quaisquer custos diretos iniciais; e • Custos de restauração, quando aplicável. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos os arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo até 12 meses. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo e não pelo respectivo arrendador. **4.21. Distribuição de lucros:** De acordo com o estatuto, e para as sociedades por ações são garantidos aos acionistas, a cada exercício social, dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Para a controlada VIX network, o estatuto determina a distribuição de 100% do resultado do exercício. Para as empresas controladas constituídas como sociedades empresariais limitadas, a distribuição de lucros para a controladora é provisionada como um passivo nas demonstrações financeiras individuais dessas controladas somente na data em que a distribuição de lucros é aprovada em Assembleia Geral Ordinária. **4.22. Transações com partes relacionadas:** Os créditos e débitos com partes relacionadas correspondem a direitos e obrigações decorrentes, principalmente, de operações de crédito e de acordo de rateio de custos e despesas corporativas, cujas condições financeiras são estabelecidas de comum acordo entre as entidades. **4.23. Relatório de segmento:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela formulação das estratégias do Grupo. • **Inspirali Medicina** - Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina. • **Educação Continuada Medicina** - Atividade atrelada à prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in company, publicações de livros e revistas para os cursos de Medicina. • **Ex-Medicina** - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional (exceto medicina), incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância. A alocação de ativos por meio de rateio entre os segmentos operacionais, na avaliação da Companhia, não traz benefício adicional para análise e gerenciamento do negócio e, por esse motivo, tais valores não são alocados. Não são analisados relatórios sobre valores patrimoniais por segmento. **4.24. Adoção de novas normas e práticas contábeis:** Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2024 ou após essa data, que afete materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente. **4.25. Alterações de novas normas e práticas contábeis, que ainda não estão em vigor:** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir: Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025: • IAS 21 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis • CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto, Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026: • Alteração IFRS 9 - Divulgação de informações quantitativas para termos contratuais. Alterações vigentes para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027: • IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis; IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública; Divulgações. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC, que ainda não entraram em vigor, e poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração segue em constante análise sobre possíveis novas normas que venham a lhe afetar. Ademais a Companhia não espera que a adoção das normas acima tenha impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alterações, se cabível, quando entrarem em vigor. **5. Combinação de Negócio: 5.1. Composição preço de compra e ágio:**

	EMR
Data de aquisição	02/12/2024
% Participação	100,00%
Pagamento à vista	15.000
Pagamentos parcelados	10.000
Earn-out	50.000
<b>Valor nominal da aquisição</b>	<b>75.000</b>
(-) Ajuste a valor presente	(23.119)
<b>Valor presente da aquisição</b>	<b>51.881</b>
Ativos líquidos adquiridos a valor justo	23.136
<b>Ágio gerado na aquisição</b>	<b>28.745</b>

Em 2 de dezembro de 2024, o IBCMED efetuou a aquisição integral da Eu Médico Residente ("EMR"), pagando o montante à vista de R\$ 15.000, permanecendo em aberto o saldo a pagar de R\$ 60.000, sendo R\$ 10.000 referente ao preço de compra de R\$ 50.000 de *earn-out*. **5.2. Valor justo das aquisições:**

	EMR
<b>Alocação dos ativos</b>	



continuação

7. Contas a Receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber mensalidades (a)	751.215	683.878
FIES - Financiamento estudantil (b)	84.502	68.244
Financiamentos (c)	212.696	132.751
Eventos, sublocações, serviços e outros	34.061	95.098
<b>Total</b>	<b>1.082.474</b>	<b>979.971</b>
Perdas estimadas (d)	(428.769)	(418.338)
<b>Total geral contas a receber</b>	<b>653.705</b>	<b>561.633</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>578.456</b>	<b>533.903</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>75.249</b>	<b>27.730</b>

(a) Refere-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos. Para o exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia e suas controladas realizaram antecipação de recebíveis e cessão de direitos fiduciários, ambos provenientes de cartão de crédito. Os valores líquidos recebidos foram R\$ 193.321 e R\$ 36.245, respectivamente, e as taxas de desconto pela antecipação estão entre 0,97% e 1,02% ao mês, sendo desse saldo R\$ 79.543 é medicina e R\$ 113.778 ex-medicina, e pela cessão estão entre 0,97% e 1,06% ao mês sendo R\$ 36.245 em ex-medicina. Ambas as operações não possuem direito de liquidação. (b) Refere-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil, liquidações de comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores por meio de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo. (c) Refere-se a mensalidades financeiras, líquidas do ajuste a valor presente, em que o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado, até completar o dobro do tempo do curso. As taxas reais de financiamento podem variar de 0% a 3% ao ano conforme a modalidade do contrato do aluno, o qual é corrigido pela inflação. Esta rubrica é composta pelos saldos dos financiamentos relativos ao Praveler Gestão e Fiages (Ages). O saldo também inclui o programa Facilita, modalidade de pagamento na qual o aluno ingressante paga o valor entre R\$ 49,00 e R\$119,00 nas primeiras mensalidades e a diluição da diferença para o valor integral dessas mensalidades, sem bolsas e/ou benefícios, ocorre em número de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular de conclusão do curso. (d) A Companhia e suas controladas constituem perdas estimadas por meio de análise do saldo dos clientes por carteira e as respectivas aberturas por faixas de atraso, sendo controladas o histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente calculada e avaliada. A Administração da Companhia avalia constantemente a necessidade de alteração nos percentuais de estimativa de perdas com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente macroeconômico do país. O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme quadro abaixo, em que também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras, por faixa de vencimento, utilizados na política da Companhia:

	Saldo a receber	Perdas estimadas	% Perda por faixa de vencimento	Saldo líquido	% (*)
A vencer	394.569	(96.908)	24,56%	297.661	45,53%
Cartão de Crédito	17.545	0,00%	0,00%	17.545	2,68%
FIES	84.502	(10.486)	12,41%	74.016	11,32%
Vencidos:					
De 0 a 90 dias	151.715	(49.373)	32,54%	102.342	15,66%
De 91 a 180 dias	79.461	(31.898)	40,14%	47.563	7,28%
De 181 a 360 dias	129.797	(78.016)	60,11%	51.781	7,92%
De 361 a 720 dias	224.885	(162.088)	72,08%	62.797	9,61%
<b>Total</b>	<b>1.082.474</b>	<b>(428.769)</b>	<b>39,61%</b>	<b>653.705</b>	<b>100,00%</b>

(\*) Refere-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento. A movimentação das perdas estimadas nos exercícios é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	418.338	387.165
Perdas estimadas no exercício	126.582	139.959
Títulos baixados no exercício (i)	(116.151)	(108.786)
<b>Saldo final</b>	<b>428.769</b>	<b>418.338</b>

(i) Refere-se a títulos baixados na contabilidade, os quais estão vencidos há mais de dois anos. **Informação complementar sobre o contas a receber de mensalidades dos alunos de medicina:** O saldo de contas a receber de mensalidades compreende recebíveis relacionados a: (i) estudantes em cursos de graduação e pós-graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina; (ii) estudantes em demais cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino à distância. Apresentamos a seguir um detalhamento complementar dos valores a receber e das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa relativos às mensalidades de estudantes de medicina e demais cursos. Essa composição não compreende os saldos relativos às contas a receber de FIES - Financiamento estudantil, Financiamentos, Eventos, Sublocações, serviços e outros.

	31/12/2024	31/12/2023
Graduação	135.886	271.682
Pós-Graduação	15.102	12.484
Cartões, cheques, outros	12.234	5.311
Mestrado, Doutorado, EAD e outros	-	298.516
<b>Total</b>	<b>163.222</b>	<b>587.993</b>
Graduação	135.886	271.682
Perdas estimadas	(59.458)	(161.031)
<b>Total graduação líquido</b>	<b>76.428</b>	<b>110.651</b>
Financiamento	88.377	124.319

Para os estudantes de medicina temos 37,4% e para os estudantes não medicina temos 46,9%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias.

	31/12/2024	31/12/2023
Graduação	118.133	317.397
Pós-Graduação	7.162	32.556
Cartões, cheques, outros	27.867	27.801
Mestrado, Doutorado, EAD e outros	-	152.962
<b>Total</b>	<b>153.162</b>	<b>530.716</b>
Graduação	118.133	317.397
Perdas estimadas	(48.255)	(173.926)
<b>Total graduação líquido</b>	<b>69.878</b>	<b>143.471</b>
Financiamento	18.709	114.042

Para os estudantes de medicina temos 28,4% e para os estudantes não medicina temos 45,4%, respectivamente, das perdas estimadas referentes a contas a receber vencidas em até 360 dias. O saldo de contas a receber mensalidade e o contas a receber financiamentos, está demonstrado abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo de contas a receber	244.145	158.107
Perdas estimadas	(86.038)	(35.244)
% Perda por faixa de vencimento	35,24%	44,05%
Saldo líquido	158.107	122.863
% (*)	1,48%	1,48%
A vencer	104.039	121.618
Cartão de Crédito	12.234	-
Vencidos:		
De 0 a 90 dias	56.016	(15.022)
De 91 a 180 dias	27.895	(8.051)
De 181 a 360 dias	29.245	(10.457)
De 361 a 720 dias	22.170	(16.956)
<b>Total</b>	<b>251.599</b>	<b>(63.104)</b>

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo de contas a receber	244.145	158.107
Perdas estimadas	(86.038)	(35.244)
% Perda por faixa de vencimento	35,24%	44,05%
Saldo líquido	158.107	122.863
% (*)	1,48%	1,48%
A vencer	104.039	121.618
Cartão de Crédito	12.234	-
Vencidos:		
De 0 a 90 dias	98.954	(33.979)
De 91 a 180 dias	53.441	(23.746)
De 181 a 360 dias	130.001	(74.821)
De 361 a 720 dias	180.460	(134.763)
<b>Total</b>	<b>712.312</b>	<b>(353.347)</b>

8. Adiantamentos Diversos:

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	468	532
Colaboradores (a)	193	23
<b>Total</b>	<b>661</b>	<b>555</b>

(a) Refere-se, principalmente, a adiantamento de férias.

9. Impostos e Contribuições a Recuperar:

	31/12/2024	31/12/2023
IRRF (a)	10.427	15.159
IRPJ/CSLL (b)	-	6.591
Saldo Negativo IRPJ/CSLL (c)	11.203	6.481
PIS/COFINS/CSLL	2.292	89
Outros	-	1
<b>Total</b>	<b>23.922</b>	<b>21.730</b>
<b>Circulante</b>	<b>11.371</b>	<b>11.761</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>12.551</b>	<b>9.969</b>

(a) Refere-se, principalmente, a Imposto de Renda retido sobre rendimento das aplicações financeiras. (b) Refere-se a valores apurados e pagos a maior (por estimativa mensal) que serão objeto de DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil ("RFB") para ajuste anual da apuração do lucro real. (c) Refere-se aos valores recuperáveis das IES que serão objeto de PER/DCOMPS para quitação de outros tributos administrados pela RFB. **10. Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido:** **10.1. Créditos fiscais não constituídos:** O cálculo do imposto de renda e da contribuição social considera, quando aplicável, os efeitos do PROUNI para determinação da alíquota tributária a ser aplicada sobre as diferenças entre bases contábil e fiscal. Para as entidades operacionais, participantes do PROUNI, a alíquota que se espera que seja aplicável no período quando for realizado o ativo ou líquido do passivo de tais instituições é próxima a zero. Para entidades não participantes do PROUNI, os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos estão calculados as alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente. **Ativo - A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa;** entanto, o registro contábil de ativos diferidos sobre esses créditos fiscais somente ocorre quando há segurança razoável de sua realização. A Controladora possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL no montante de R\$ 782.708 (R\$ 480.935, em 31 de dezembro de 2023) e, no consolidado, o montante é de R\$ 1.145.430 (R\$ 765.292, em 31 de dezembro de 2023), não sujeitos a prazo prescricional. Segue abaixo a movimentação do saldo do crédito tributário diferido ativo:

	31/12/2023	Constituição/Reversão de crédito tributário	Estorno de crédito tributário	31/12/2024
Imposto de renda	1.346	71	(17)	1.400
Contribuição social	485	26	(6)	505
<b>Total</b>	<b>1.831</b>	<b>97</b>	<b>(23)</b>	<b>1.905</b>
Imposto de renda	1.306	-	40	1.346
Contribuição social	470	-	15	485
<b>Total</b>	<b>1.776</b>	<b>-</b>	<b>55</b>	<b>1.831</b>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

	31/12/2023	Constituição/Reversão de crédito tributário	Estorno de crédito tributário	Compensação com parcelamento	Compra crédito tributário	Compensação tributo diferido passivo	31/12/2024
Imposto de renda	-	16.712	(12.552)	(10.056)	6.515	(619)	-
Contribuição social	-	6.016	(4.519)	(3.620)	2.346	(223)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>22.728</b>	<b>(17.071)</b>	<b>(13.676)</b>	<b>8.861</b>	<b>(842)</b>	<b>-</b>

	31/12/2022	Constituição/Reversão de crédito tributário	Estorno de crédito tributário	Compensação tributo diferido passivo	31/12/2023
Imposto de renda	-	1.826	(900)	(926)	-
Contribuição social	-	657	(324)	(333)	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>2.483</b>	<b>(1.224)</b>	<b>(1.259)</b>	<b>-</b>

	31/12/2022	Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Compensação com tributo diferido ativo	Transferência	Combinação de negócio	31/12/2024
Imposto de renda	22.631	(1.619)	(619)	(7)	8.480	28.866
Contribuição social	8.149	(582)	(223)	(3)	3.050	10.391
<b>Total</b>	<b>30.780</b>	<b>(2.201)</b>	<b>(842)</b>	<b>(10)</b>	<b>11.530</b>	<b>39.257</b>

	31/12/2022	Amortização de tributo diferido sobre a mais valia	Compensação com tributo diferido ativo	Combinação de negócio	31/12/2023
Imposto de renda	26.009	(2.574)	(926)	122	22.631
Contribuição social	9.364	(926)	(333)	44	8.149
<b>Total</b>	<b>35.373</b>	<b>(3.500)</b>	<b>(1.259)</b>	<b>166</b>	<b>30.780</b>

10.2. Conciliação da taxa efetiva:

A reconciliação entre a despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social pelas alíquotas nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	Controladora	31/12/2024	Consolidado	31/12/2023
Lucro (prejuízo) antes de IRPJ e CSLL	324.512	380.705	461.923	220.142	340,00%
Alíquota fiscal combinada	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%	34,00%
<b>IRPJ e CSLL calculados pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>(110.334)</b>	<b>(129.440)</b>	<b>(157.054)</b>	<b>(74.848)</b>	
<b>Ajustes ao resultado:</b>					
Equivalência patrimonial	-	210.120	209.773	-	-
Incentivo fiscal - PROUNI (a)	-	-	-	186.066	133.810
Créditos tributários não constituídos (b)	(102.299)	(89.338)	(136.689)	(102.466)	-
Amortização de ágio	-	61.398	44.082	-	-
Outras adições e exclusões	2.587	9.060	51.814	(285)	-
<b>IRPJ e CSLL calculados</b>	<b>74</b>	<b>55</b>	<b>5.535</b>	<b>293</b>	
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	-	-	(2.323)	(4.466)	-
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	74	55	7.858	4.759	-
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	0,02%	0,02%	1,20%	0,13%	-

(a) Refere-se ao benefício das isenções fiscais do Imposto de Renda, da Contribuição Social, da COFINS e do PIS, em cumprimento ao disposto pela legislação do PROUNI. Essa isenção refere-se somente ao lucro e receita decorrentes da realização de atividades de ensino superior provenientes de cursos de graduação, e é renovada semestralmente por meio da assinatura digital de termo de adesão junto ao MEC. (b) Tais créditos não constituídos referem-se a diversas diferenças temporárias (por exemplo perdas estimadas, provisão para riscos, entre outros) sobre as quais não foram constituídos créditos tributários tendo em vista a não existência de expectativa de sua realização.

11. Direitos a Receber por Aquisições:

	31/12/2024	31/12/2023
Reembolsáveis por alienantes (a) (d)	104.582	109.353
Ativos de indenização (b)	102.809	125.963
Empréstimos a terceiros (c) (d)	8.960	12.631
<b>Total</b>	<b>216.351</b>	<b>247.947</b>

**Ativo Não Circulante** **216.351** **247.947**  
(a) Referem-se a valores a serem reembolsados pelos antigos controladores das entidades USJT, IEDUC, Unifig, UAM e APEC provenientes de processos judiciais e parcelamentos fiscais pagos pelas controladas da Companhia que, de acordo com o respectivo contrato de compra, são de responsabilidade dos antigos proprietários. Esses valores podem ser compensados com aluguéis ou outros pagamentos devidos aos antigos proprietários. (b) O Grupo registra os ativos de indenização, em contrapartida de passivos contingentes (nota explicativa 22), relacionados às aquisições de suas controladas. Nos contratos de aquisição das controladas, os vendedores concordaram, contratualmente, em indenizar o Grupo por valores que eventualmente possam vir a ser pagos em relação a passivos que são oriundos da gestão dos vendedores. Parte significativa dos ativos de indenização teve origem na aquisição da UAM e será reembolsada pelos vendedores se, e quando, as provisões referentes aos processos judiciais se tornarem devidas. Na hipótese de não serem reembolsados, os valores serão deduzidos do aluguel de imóveis que forem devidos aos vendedores, conforme previsto em contrato. (c) Refere-se a empréstimo realizado pela controlada IEDUC à sua antiga controladora, o qual possui taxa de juros de 0,75% a.m., com prazo de vencimento até 2035. O empréstimo é garantido pelos pagamentos do arrendamento devidos aos antigos proprietários. (d) Em 31 de dezembro de 2024, temos um saldo de R\$ 29.924 a receber dos antigos controladores da IEDUC e de R\$ 78.258 referentes a Unifig.

12. Investimentos: As principais informações financeiras do exercício das controladas diretas, coligadas e controladas em conjunto estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2024
Participação direta no patrimônio líquido	55%	55%
Total dos ativos	4.577.139	215.897
Total dos passivos	1.744.744	2.616.498
Patrimônio líquido/Resultado de demais participações	187.680	29.759
Resultado do exercício	57.993	(9.436)
Reserva de capital	11.837	(5.065)
Distribuição de dividendos	52.102	-
<b>Total</b>	<b>2.926.110</b>	<b>617.999</b>

(i) Refere-se à participação de acionistas minoritários. (ii) Refere-se à participação de 55% da Companhia no capital social da VC Network, que é representada por ações ordinárias que dão direito ao resultado líquido das operações oriundas dos cursos de Medicina. Caso, no encerramento do exercício, o resultado das operações não relacionadas à graduação de medicina impacte a distribuição do resultado da VC Network, a Anima indenizará a Inspiral referente a este impacto e vice-versa. Os critérios de rateio para apuração dos resultados das operações na VC Network foram revisados por firma independente de auditoria e aprovados pelos órgãos de governança da Inspiral e pelo Conselho de Administração da Anima por recomendação do Comitê de Auditoria, Governança e Riscos da Companhia, por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. Seguem abaixo as controladas que possuem participação de acionistas não controladores:

	31/12/2024	31/12/2024
Unifig	55%	207.007
FASEH	74%	178.296
VC Network	55%	4.577.139
<b>Total</b>	<b>55%</b>	<b>4.962.442</b>

Movimentação dos saldos no exercício:

	31/12/2023	Aumento de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Reserva de capital	Distribuição de dividendos	Saldo em 31/12/2024
Ativo	8.866	8.036	(5.065)	-	-	11.837
Medroom	-	-	-	-	-	187.680
Sobepe	190.498	-	29.759	-	(32.577)	215.680
VC Network	2.615.728	770	602.741	-	(602.741)	2.616.498



continuação

A movimentação do intangível da controladora e do consolidado são como segue:

Table with columns: Saldo líquido em 31/12/2023, Adições, Reclassificação, Amortização, Saldo líquido em 31/12/2024. Rows include Intangíveis reconhecidos pelo custo (Softwares, Desenv. conteúdo EAD, etc.) and Intangíveis em combinações de negócios (Ágio, Marcas e patentes, etc.).

16. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Table with columns: Valor captado, Indexador, Taxa média de juros (anual), Data de início, Data final, Forma de pagamento, Indicadores financeiros (covenants). Rows include Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão, Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão, etc.

(a) A Inspirali aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária no dia 9 de maio de 2024, a 2ª Emissão de Debêntures simples da Inspirali. A Emissão totalizará o montante de R\$ 2.000.000 com prazo total de 5 anos, incidindo taxa de juros de CDI +1,65% ao ano. Os recursos líquidos captados pela dessa emissão foram destinados a: quitação integral das debêntures da 1ª emissão Inspirali e o reforço de caixa, com o valor remanescente, após a quitação integral das Debêntures da 1ª Emissão. Não houve alterações sobre as principais condições e garantias estabelecidas em contratos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, quando comparadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Em relação aos covenants mencionados acima, não foram identificados descumprimentos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2024 apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Table with columns: Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include 2026, 2027, Após 2027, Total.

I) As movimentações dos saldos no exercício são como segue:

Table with columns: Controladora 31/12/2023, Adição, Amortizações, Juros pagos, Custos/empres-timos, Consolidado 31/12/2024. Rows include Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão, Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão, etc.

Table with columns: Controladora 31/12/2023, Adição, Amortizações, Juros pagos, Custos/empres-timos, Consolidado 31/12/2024. Rows include Debêntures Inspirali Brasil 1ª emissão, Debêntures Inspirali Brasil 2ª emissão, etc.

Table with columns: Controladora 31/12/2023, Adição, Amortizações, Juros pagos, Custos/empres-timos, Consolidado 31/12/2024. Rows include Debêntures 1ª emissão Banco do Brasil, CEF, Santander, etc.

17. Obrigações Sociais e Salariais:

Table with columns: Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include Salários, Férias a pagar, INSS, FGTS, PLR, Outros, Total.

18. Obrigações Tributárias:

Table with columns: Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include IRRF, ISS, PIS e COFINS, ITRP/CSLL, Outros (a), Total.

(a) Refere-se principalmente a Imposto de Renda retido de funcionários.

19. Adiantamentos de Clientes:

Table with columns: Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include Adiantamento de alunos (a), Crédito bolsas (b), Faturamento antecipado de clientes (c), Projetos de pesq usa, Total.

(a) Refere-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito dos alunos participantes do Praveler, um financiamento educacional feito entre os alunos e a empresa financeira Praveler S.A., na modalidade em que o aluno alonga o prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Praveler S.A. e o aluno, sendo que este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Praveler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Praveler faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Companhia, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

a) Transferências realizadas entre as empresas que estão sob o controle da Inspirali para empresas que estão sob controle da Anima Holding mas que não fazem parte da Inspirali. 15.1. Intangíveis identificados por Unidades Geradoras de Caixa: Parte do valor pago nas aquisições de controladas e coligadas foi alocada a ativos intangíveis identificáveis de vida útil definida (apresentados pelo valor líquido de amortização) e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

Table with columns: Intangíveis amortizáveis (Carteira de clientes, Marcas e patentes, Tecnologia, Licença, Polos EAD, Ágio), Intangíveis não amortizáveis, Total geral. Rows include IEDUC, Sociesc, Ages e Vidam, FASEH, Unifg, Medroom, USJT, ISCP, UNIFACS, APEC, IBCMED, MedPós, FACED, Jangada, Unisol, EMR.

15.2. Teste ao valor recuperável de ativos (impairment): Os ativos não amortizáveis relativos ao ágio, polos EAD e às licenças foram recuperáveis às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), para fins de teste anual de redução ao valor recuperável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, revisamos nossas premissas e estimativas para todas as nossas UGCs, confrontamos nossas projeções com os dados previstos de nossas operações e não identificamos efeitos consideráveis nos resultados que poderiam resultar em uma redução de valor recuperável. Assim, como não identificamos impactos significativos que façam com que o valor contábil exceda o valor recuperável das UGCs, não houve a necessidade de reconhecimento de revisão do valor recuperável de tais ativos, exceto pelo ágio do Residente (incorporado pelo IBCMED), com perda de R\$ 516 reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. 15.2.1. UGCs dos segmentos Inspirali Educação Médica e Ex-Medicina: Para estimar o valor recuperável das UGCs utilizamos como base o cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro para o exercício de 2024, aprovado pela Administração, que está amparado pelo histórico financeiro da Companhia; além da taxa de desconto, que foi embasada em premissas de mercado. O cálculo considera uma projeção de fluxo específico em termos nominais com inflação média projetada de longo prazo além das demais premissas informadas no quadro abaixo. As principais premissas utilizadas na apuração do valor em uso nas UGCs foram:

Table with columns: Participantes do PROUNI, Não ofertam graduação. Rows include Taxa de desconto ao ano (pre-tax), Período de projeção, Crescimento ao ano na perpetuidade, Crescimento médio da receita ao ano, Crescimento médio dos gastos ao ano, Carrying amount (valor testado).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou análise de sensibilidade considerando um acréscimo ou uma redução de 1,00% nas taxas de desconto e na margem operacional no modelo de longo prazo e não foi identificada em nenhuma das UGCs a necessidade de ajuste ao valor recuperável.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Indicadores financeiros (covenants) for 31/12/2024 and 31/12/2023. Rows include Dívida líquida/EBITDA ajustado, EBITDA ajustado, etc.

de serviço. (b) Referem-se a bolsas do programa Predu (Programa Educação para Todos) ofertadas pela Prefeitura de Paripiranga aos alunos da Ages de forma integral ou parcial nos cursos presenciais até a conclusão do curso. As fontes de recursos dessas bolsas são provenientes da conversão dos valores devidos de ISS e IPTU à Prefeitura de Paripiranga. (c) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas quando os serviços são prestados. 20. Parcelamento de Impostos e Contribuições:

Table with columns: Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include PROIES (a) (d), RFB (b), RFB LEI 14.740 (d) (e), RFB PERT LEI 13.496 (b), PGRN (b), FGTS (c), PRT IV (b), IPTU, Outros parcelamentos (b), Total, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante.

(a) PROIES: Refere-se ao parcelamento proveniente da aquisição da manutenção da Unisol relativo à adesão ao PROIES - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, instituído pela Lei 12.688/2012. Este programa consiste na renegociação de dívidas tributárias com o Governo Federal, convertendo até 90% dessas dívidas em bolsas de estudo e, assim, reduzindo o pagamento em espécie a 10% do total devido. O valor acima representa a parte assumida pela Controlada Sociesc, referente à quitação dos 10% do saldo da dívida em espécie. A dívida negociada consiste em débitos previdenciários consolidados em 05/06/2016, parcelados em 180 parcelas, com início das amortizações em 07/2017, conforme termo de adesão deferido pela PGFN. Os procedimentos foram para oferta de bolsas e seleção de bolsistas foram regulamentados pela PORTARIA NORMATIVA Nº 26, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2012, alterada pela Portaria Normativa MEC nº 9, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União - DOU, de 20 de maio de 2013. (b) Federais: Refere-se a parcelamentos da adquirida Unifg relativos, em sua maior parte, a contribuições sociais devidas sobre a folha de pagamento e algumas contribuições como PIS e Cofins sobre o faturamento. A Instituição mantém o parcelamento especial PERT, instituído pela Lei 13.496/17, bem como outros parcelamentos ordinários e simplificados. (c) FGTS: Refere-se a parcelamentos de FGTS da controlada IEDUC junto à Caixa Econômica Federal. (d) Todas as obrigações que não possuem ligação com curso de medicina, devem ser consideradas como obrigações únicas e exclusivamente da acionista preferencialista, conforme acordo firmado entre os acionistas. (e) Em 01 de abril foi finalizado o processo de adesão ao programa de autogestão incentivada de tributos federais administrativos pela Receita Federal do Brasil (RFB) nos termos da Lei nº 14.740/2023, regulamentada pela Instrução Normativa RFB nº 2168/2023 com possibilidade de liquidar 50% dos débitos inseridos no programa com utilização de créditos de Prejuízo Fiscal (RPJ) e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), próprios ou de empresas do mesmo grupo econômico, e os outros 50% através de parcelamento fiscal em 48 meses, com correção do saldo pela taxa Selic. A companhia entendeu ser vantajoso incluir as contribuições previdenciárias patronais das empresas Brasil Educação, FACS, ISCP e SOCIESC dos meses 01/2024 e 02/2024 que totalizam em R\$ 26.662. (nota explicativa 10). Segue, abaixo, cronograma de pagamento dos parcelamentos de impostos e contribuições classificados no passivo não circulante:

Table with columns: Controladora 31/12/2024, Consolidado 31/12/2024. Rows include 2026, 2027, 2028, Após 2028, Total.

21. Contas a Pagar por Aquisições:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Eam outs, Aquisição da Medroom, Aquisição da Ages (a), Aquisição EMR (b), Aquisição MedPós.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Parcelamentos, Aquisição do IBCMED (c), Aquisição do Medroom, Aquisição Manutenção da Faced, Aquisição Sociesc, Aquisição IGEAD/ELEVEN-K (Investida da ISCP) (d), Aquisição EMR.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Total, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante.

(a) No dia 18 de março de 2024, a Seres/MEC publicou a Portaria nº 90 que concede à Faculdade AGES de Medicina de Irecê um aumento de 100 vagas, passando o referido curso de 50 para 150 vagas totais anuais, desta forma, o eam-out começou a ser pago em abril de 2024, conforme contrato. (b) Em 2 de dezembro de 2024, a controlada IBCMED, celebrou o contrato de compra e venda da EMR, conforme notas explicativas 5 e 12. (c) Em 04 de julho de 2023, a Inspirali assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, onde exerceu sua opção da aquisição dos 49% restante desta investida, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O valor acordado pela aquisição do restante da participação, bem como para quitação de todos e quaisquer valores devidos pela Companhia aos vendedores do IBCMED, foi de R\$ 90.000, dos quais R\$ 70.000 foram pagos em 04 de julho de 2023 e os R\$ 20.000 restantes serão pagos conforme definições do contrato e corrigida pelo IPCA. (d) Referem-se a valores a pagar aos antigos proprietários de empresas adquiridas pelo Grupo Laureate. Seguem, abaixo, quadros com a movimentação das contas a pagar por aquisições e o cronograma de pagamento do saldo classificado no passivo não circulante:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Saldo inicial, Ajuste a valor presente, Correção monetária, Pagamentos, Adições - aquisição de empresas, Atualização a valor justo de eam-out, Atualização a valor justo de opção de resgate, Extinção de débito com controladora, Saldo final.

22. Depósitos Judiciais e Provisão para Riscos Trabalhistas, Tributários e Cíveis: 22.1. Provisões, líquidas dos correspondentes depósitos judiciais e ativos de indenização:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include Provisão para Riscos, Trabalhista, Tributária, Cíveis, Depósitos Judiciais, Total.

(-) Ativos de indenização (i) (i) Refere-se ao valor das provisões reconhecidas a valor justo como parte de combinação de negócios para as quais existe um ativo de indenização perante o vendedor, classificado na rubrica Direitos a receber por aquisições, conforme nota explicativa 11. 22.2. Movimentação: A movimentação das provisões do consolidado foi como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 31/12/2023, Adição/Reversão, Adição/Inss (d), Pagamentos, Atualização, Depósitos Judiciais, Indenizações, Vendedores, 31/12/2024. Rows include Trabalhista (a), Tributária (b), Cíveis (c), Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 31/12/2022, Adição/Reversão, Adição/Inss (d), Pagamentos, Atualização, Depósitos Judiciais, Indenizações, Vendedores, 31/12/2023. Rows include Trabalhista (a), Tributária (b), Cíveis (c), Total.

(a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações. (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, a discussões e interpretações da legislação tributária vigente que estão sendo discutidas nas esferas administrativa e judicial. As principais causas reconhecidas no período estão listadas abaixo: SOCIESC: Na aquisição da SOCIESC, a Administração assumiu a discussão das obrigações tributárias relacionadas ao questionamento sobre a imunidade tributária da SOCIESC em três lides de ações ajuizadas pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Na data destas demonstrações financeiras, a Companhia aguarda uma decisão sobre o mérito dos casos. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a chance de perda é considerada possível. Foi constituída provisão para esses processos como parte da aquisição da SOCIESC no valor de R\$ 49.100, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023. UAM: a UAM é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte o Ministério da Fazenda Nacional, o Município de São Paulo e a PGFN. Caso a UAM perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UAM. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 54.520 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 84.432 em 31 de dezembro de 2023. UNIP: a UNIP é parte envolvida em processos judiciais tendo como contraparte os municípios de Natal e Mossoró e o Ministério da Fazenda Nacional. Caso a UNIP perca essas ações, para alguns casos a controlada será indenizada de acordo com as disposições constantes nos contratos de compra da UAM. Na hipótese de não serem reembolsados, tais valores serão deduzidos de aluguel de imóveis a pagar aos antigos proprietários. Como parte da aquisição do Grupo Laureate foi constituída uma provisão para esses processos no valor de R\$ 23.281 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 26.543 em 31 de dezembro de 2023. (c) As provisões cíveis estão relacionadas, principalmente, ao processo judicial que solicita indenização ao Centro de Estratégia Operacional Propaganda e Publicidade e Comércio Ltda. pelo uso indevido de software pela Rede Brasileira de Educação a Distância S/C Ltda., do qual UAM e APEC faziam parte. Em 31 de dezembro de 2024, a provisão total para essa causa é de R\$ 27.879 (R\$ 84.186 em 31 de dezembro de 2023). Caso essa causa seja perdida, o valor será ressarcido pelos antigos proprietários da UAM e da APEC. Os demais saldos referem-se a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, à cobrança e indenizações, dentre outros. (d) Esta provisão refere-se à diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual, conforme determinação da Lei 11.096/2005, para as entidades que aderiram ao programa PROUNI e transformaram-se de entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. O valor está sendo contabilizado em resultado na rubrica "despesas com pessoal". 22.3. Perdas possíveis não provisionadas no balanço:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Trabalhistas, Tributários (i), Cíveis (ii), Total.

(i) Causas de cunho tributário que referem-se, principalmente a: processos de responsabilidade da UNA e Sociesc que discutem a imunidade tributária que envolve INSS patronal, PIS e COFINS sobre faturamento, IRPJ e CSLL totalizando aproximadamente R\$ 156.954; aproximadamente R\$ 76.619 de débitos tributários da SOCIESC sobre recolhimento de ISS e pagamento de IPTU, sendo que R\$93.252 é de responsabilidade dos vendedores. (ii) Refere-se, majoritariamente, ao processo de improbidade administrativa relacionado a supostas irregularidades no programa PROJOVEM vinculado à SOCIESC e anulação do convênio firmado entre o Município de Vespasiano e a FASEH para cessão de Imóvel. Todos os valores apresentados acima referem-se a processos envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão. Para alguns desses processos, se houver decisão judicial contra a Companhia e suas controladas, a responsabilidade é dos antigos proprietários das empresas adquiridas nos termos de cada contrato de compra. Informação complementar sobre o contencioso provável e possível de alunos de medicina:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Medicina, Ex-Medicina, Total, Provável, Possível.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Trabalhistas, Tributários, Cíveis, Total.

22.4. Depósitos judiciais: Os depósitos judiciais estão apresentados no ativo não circulante e, assim como as provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, são atualizados pelos índices oficiais determinados para sua correção.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Trabalhistas, Tributários, Cíveis, Total.

A movimentação dos depósitos judiciais da controladora foi como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 31/12/2023, Adições, Atualização, Resgate, 31/12/2024. Rows include Trabalhistas, Tributários, Total.

A movimentação dos depósitos judiciais do consolidado foi como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 31/12/2023, Adições, Atualização, Resgate, 31/12/2024. Rows include Trabalhistas, Tributários, Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 31/12/2022, Adições, Atualização, Resgate, 31/12/2023. Rows include Trabalhistas, Tributários, Total.

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 31/12/2022, Adições, Atualização, Resgate, 31/12/2023. Rows include Trabalhistas, Tributários, Total.

23. Patrimônio Líquido: a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2024, é composto por 360.743.639 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, correspondentes a R\$ 357.143, cuja composição é como segue:

Table with columns: Controladora, Consolidado. Rows include 31/12/2024, 31/12/2023. Rows include Ações ordinárias- Ânima, Ações ordinárias- DNA Capital (i), Ações ILP, Total geral de ações.



continuação

com o IBCMED, pelo qual exerceu a opção da aquisição dos 49% restantes do capital, tornando-se detentora da totalidade de suas ações. O valor de R\$ 1.857 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 refere-se à atualização a valor justo do parcelamento do valor dessa aquisição. Valor justo de passivo de resgate de ações: Em 23 de novembro de 2021, a Inspiralí assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias do IBCMED Serviços de Educação S.A. O contrato previa opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade, com percentuais variados ao longo do tempo, atingindo 100% de participação até 2026. O valor das parcelas anuais variáveis e opções de compra foram mensurados com base em um múltiplo do EBITDA do exercício anterior da opção de compra. O passivo da operação (opções de compra e venda simétricas) a valor presente foi contabilizado como "contas a pagar por aquisições" em contrapartida ao patrimônio líquido. Em 04 de julho de 2023, a Inspiralí assinou um contrato para a conclusão da transação com o IBCMED, pelo qual exerceu a opção da aquisição dos 49% restantes do capital, tornando-se detentora da totalidade de suas ações.

24. Participação de Acionistas Não Controladores:

Table with columns: VC Network, FASEH, UniFG, IBCMED, Total. Rows include Saldo em 31 de Dezembro de 2022, Aquisição de ações dos acionistas não controladores (i), Ganho no aumento de capital desproporcional em controlada (ii), Dividendos desproporcional do IBCMED, Resultado do exercício, Dividendos distribuídos, Saldo em 31 de Dezembro de 2023, Amortização de ações preferenciais (iii), Resultado do exercício, Dividendos distribuídos, Saldo em 31 de Dezembro de 2024.

26. Receitas e (Despesas) por Natureza:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Controladora, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Gastos com pessoal, Gastos com aluguel e ocupação (a), Gastos com serviços de terceiros, Propaganda e publicidade, Perdas estimadas, Despesas com depreciação, Despesas com amortização, Despesas com amortização direito de uso, Manutenção, Deslocamentos, Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis, Impostos e taxas, Multa para devolução de imóveis, Valor justo earn-out, Extinção de crédito com controlada, Perda por impairment, Bolsa Pesquisa Preceptores, Rateio de despesa com amortização e depreciação, Outras receitas (despesas) líquidas (b), Total, Classificadas como: Custo dos produtos e serviços, Despesas comerciais, Perdas estimadas, Despesas gerais e administrativas, Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas.

(a) Referem-se, principalmente, a gastos com energia elétrica e IPTU, bem como a despesas com aluguéis cujos contratos não possuem as características para estarem dentro do escopo da norma contábil IFRS 16 (nota explicativa 14). (b) Determinados saldos de custos/receitas da controladora foram reclassificados para "Outras despesas/receitas operacionais" para melhor apresentação em conformidade com as atividades do Grupo, e de forma consistente nos períodos apresentados. 27. Informações por Segmentos de Negócios:

Table with columns: 01/01/2024 a 31/12/2024, Medicina, Educação, Ex-Medicina, Total. Rows include Receita Líquida, Custo dos produtos e serviços, Lucro Bruto, Receitas (Despesas) operacionais, Comerciais, Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, Gerais e administrativas, Outras receitas (despesas) operacionais líquidas, Resultado operacional antes do resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Lucro (Prejuízo) antes de impostos, IRPJ e CSLL correntes, IRPJ e CSLL diferidos, Lucro (Prejuízo) do exercício, Participação de controladores, Participação de não controladores, Informações adicionais: Depreciação e amortização, Amortização IFRS16, Rateio com amortização e depreciação, Pagamento de arrendamento.

28. Resultado Financeiro, Líquido:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Controladora, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Receitas financeiras, Receita com aplicações financeiras, Receita com juros de mensalidades, Desconto obtido com arrendamento, Desconto obtido, Impostos e outras receitas, Total, Despesas financeiras, Despesa financeira de arrendamento, Despesa de juros com empréstimos, Juros de financiamento Prvaler, Despesa bancária, Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos, Variações Monetárias Passivas s/tributos, Outras despesas, Total, Resultado financeiro.

29. Transações com Partes Relacionadas: A composição do saldo de partes relacionadas é como segue:

Table with columns: Ativo, Passivo, Contas a receber (a), Dividendos a receber, Fornecedores, Dividendos a pagar. Rows include Ânima Holding, Sobepe, VC Network, IBCMED, DNA Capital, Outros, Total.

Table with columns: Ativo, Passivo, Contas a receber (a), Fornecedores, Dividendos a pagar, Mútuos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Receitas. Rows include Ânima Holding, Unimonte, FACEB, Politécnico, Catalana, Vidam, UNICURITIBA, Escola.I.Sta.Catarina, Rede, ASPEC, FADERGS, IBMR, SOCEC, UNIRITTER, DNA Capital, Outros, Total.

(a) Refere-se principalmente ao rateio de gastos da Companhia para suas controladas. 29.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração incluiu os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Controladora, Benefícios de curto prazo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

25. Receita Líquida De Produtos E Serviços:

Table with columns: 01/01/2024 a 31/12/2024, 01/01/2023 a 31/12/2023, Consolidado, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Receita bruta de produtos e serviços, Receita FIES, Descontos em mensalidades, Impostos sobre faturamento, Comissões, Ajuste a valor presente, Receita líquida, Reconhecimento de receita, Reconheçida ao longo do tempo, Reconheçida no momento da prestação.

(a) Referem-se às comissões retidas pelos financiamentos FIES (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro), Prvaler e pagas aos Polos EAD. Os descontos em mensalidade são compostos por descontos concedidos pelas controladas da Companhia, conforme abaixo demonstrado:

Table with columns: 01/01/2024 a 31/12/2024, 01/01/2023 a 31/12/2023, Consolidado, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Gratuidade PROUNI, Bolsas e descontos concedidos, Convênios com empresas, Devoluções, abatimentos e outros, Descontos em mensalidades.

Descontos em mensalidades

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Consolidado, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, Contas a receber, Contas a receber partes relacionadas, Adiantamentos diversos, Créditos com partes relacionadas, Total, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, Contas a receber, Contas a receber partes relacionadas, Adiantamentos diversos, Créditos com partes relacionadas, Total, (A/B) Índice de alavancagem financeira, (B) Dívida Líquida + Patrimônio líquido, (A/B) Índice de alavancagem financeira, 30.3. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas: (a) Valor justo versus valor contábil: Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação. Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa 16), trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado. A taxa média de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2024, foi de 12,71% (12,26 em 31 de dezembro de 2023). Os valores justos estimados são como segue:

Table with columns: 01/01/2023 a 31/12/2023, Consolidado, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Receita Líquida, Custo dos produtos e serviços, Lucro Bruto, Receitas (Despesas) Operacionais, Comerciais, Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, Gerais e administrativas, Outras receitas (despesas) operacionais líquidas, Resultado operacional antes do resultado financeiro, Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Lucro (Prejuízo) antes de impostos, IRPJ e CSLL correntes, IRPJ e CSLL diferidos, Lucro (Prejuízo) do exercício, Participação de controladores, Participação de não controladores, Informações adicionais: Depreciação e amortização, Amortização IFRS16, Rateio com amortização e depreciação, Pagamento de arrendamento.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Consolidado, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Lucro (Prejuízo) antes de impostos, IRPJ e CSLL correntes, IRPJ e CSLL diferidos, Lucro (Prejuízo) do exercício, Participação de controladores, Participação de não controladores, Informações adicionais: Depreciação e amortização, Amortização IFRS16, Rateio com amortização e depreciação, Pagamento de arrendamento.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Consolidado, Medicina, Ex-Medicina, Total. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Lucro (Prejuízo) antes de impostos, IRPJ e CSLL correntes, IRPJ e CSLL diferidos, Lucro (Prejuízo) do exercício, Participação de controladores, Participação de não controladores, Informações adicionais: Depreciação e amortização, Amortização IFRS16, Rateio com amortização e depreciação, Pagamento de arrendamento.

Table with columns: Ativo, Passivo, Contas a receber (a), Dividendos a receber, Fornecedores, Dividendos a pagar. Rows include Ânima Holding, Sobepe, VC Network, IBCMED, DNA Capital, Outros, Total.

Table with columns: Ativo, Passivo, Contas a receber (a), Fornecedores, Dividendos a pagar, Mútuos, Fornecedores, Dividendos a pagar, Receitas. Rows include Ânima Holding, Unimonte, FACEB, Politécnico, Catalana, Vidam, UNICURITIBA, Escola.I.Sta.Catarina, Rede, ASPEC, FADERGS, IBMR, SOCEC, UNIRITTER, DNA Capital, Outros, Total.

(a) Refere-se principalmente ao rateio de gastos da Companhia para suas controladas. 29.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração incluiu os diretores estatutários e conselheiros da Companhia.

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Controladora, Benefícios de curto prazo.

Benefícios de curto prazo 30. Instrumentos Financeiros: 30.1. Gerenciamento de riscos financeiros: No curso normal das suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

(a) Risco de liquidez - é o risco que a Companhia e suas controladas possuem em uma eventual falta de recursos necessários para liquidar suas obrigações nas datas de vencimento. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequadas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. De acordo com o CPC 40 parágrafo 39, a Companhia deve divulgar uma análise de vencimento dos passivos financeiros remanescentes (principal e juros). Na tabela a seguir são demonstrados tais valores da Companhia e de suas controladas.

Table with columns: Menos de 1 ano, Entre 1 e 2 anos, Acima de 2 anos, Consolidado, Total. Rows include Em 31 de dezembro de 2024: Fomecedores, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar por aquisições, Arrendamentos a pagar, Em 31 de dezembro de 2023: Fomecedores, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar por aquisições, Arrendamentos a pagar.

(b) Risco de crédito - É o risco que a Companhia e suas controladas possuem em relação ao não cumprimento pela contraparte de uma obrigação em relação a um instrumento financeiro ou contrato de cliente, ocasionando perdas financeiras. A Companhia constitui perda estimada considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. (i) Contas a receber: A Companhia e suas controladas pautaram suas políticas comerciais aos níveis de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios, limitados às regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares), a matrícula para o período letivo seguinte, e é usualmente bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição, fazendo com que o aluno negocie seus débitos. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como, o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia e suas controladas estão sempre implementando medidas em busca de reduzir o saldo de valores vencidos. A Companhia e suas controladas sublinham a necessidade de atenção redobrada no curto prazo neste item, dado o cenário econômico ainda pressionado. (ii) Instrumentos financeiros: A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e aplicações financeiras, efetuando seus investimentos com instituições financeiras de primeira linha, considerando o rating da agência Fitch Rating (nota explicativa 30.4), e de acordo com limites previamente estabelecidos. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, nas datas das demonstrações financeiras, como segue:

Table with columns: Nota, 31/12/2024, 31/12/2023, Controladora, 31/12/2024, 31/12/2023, Consolidado. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, Contas a receber, Contas a receber partes relacionadas, Adiantamentos diversos, Créditos com partes relacionadas, Total, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, Contas a receber, Contas a receber partes relacionadas, Adiantamentos diversos, Créditos com partes relacionadas, Total, (C) Risco de mercado - É o risco que a Companhia e suas controladas possuem de o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilarem devido às variações nas taxas de juros, índices de correção e câmbio. (i) Risco de juros - A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem variações nas taxas de juros. A Companhia não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas. Os fundos de renda fixa de crédito privado têm o objetivo de acompanhar a variação do CDI, através da alocação em papéis de renda fixa, derivativos e cotas de fundos de investimento, negociados nos mercados interno e externo, sendo vedada exposição de renda variável e alavancagem. As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante estão demonstradas na nota explicativa 16. 30.2. Gestão de capital: A Companhia e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira. A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

Table with columns: Nota, 31/12/2024, 31/12/2023, Controladora, 31/12/2024, 31/12/2023, Consolidado. Rows include Empréstimos, financiamentos e debêntures, Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações Financeiras, (A) Dívida líquida, Patrimônio líquido, (B) Dívida Líquida + Patrimônio líquido, (A/B) Índice de alavancagem financeira, 30.3. Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas: (a) Valor justo versus valor contábil: Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foi identificado que empréstimos, financiamentos, debêntures, títulos a pagar e arrendamentos possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação. Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (nota explicativa 16), trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado. A taxa média de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2024, foi de 12,71% (12,26 em 31 de dezembro de 2023). Os valores justos estimados são como segue:

Table with columns: Nota, Valor justo, Valor contábil, Valor justo, Valor contábil. Rows include Passivos financeiros líquidos, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar por aquisições, Total, Passivos financeiros líquidos, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Arrendamentos a pagar, Contas a pagar por aquisições, Total, (b) Hierarquia do Valor Justo: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas adotaram o nível 2 para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar. 30.4. Qualidade do crédito dos ativos financeiros: A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Table with columns: 31/12/2024, 31/12/2023, Controladora, 31/12/2024, 31/12/2023, Consolidado. Rows include Contrapartes sem classificação externa de crédito, Caixa e bancos, Bancos, AAA (i), AA+, A, A-, Total, Aplicações financeiras - Investimento, AAA (i), A+, A-.

(j) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings. 31. Análise de Sensibilidade: Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Companhia e às suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI - 12,15% (divulgada pela CETIP), INPC - 4,77% e IPCA - 4,83% (divulgada pelo IBEG) e Selic - 12,25% (Banco Central do Brasil), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Table with columns: Indexador, Risco, Valor, Cenário 1 provável, Cenário 2 possível (25%), Cenário 3 remoto (50%), Efeito no resultado. Rows include Aplicações financeiras, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar com aquisições, Contas a pagar com aquisições, Exposição líquida - perda, Aplicações financeiras, Empréstimos, financiamentos e debêntures, Contas a pagar com aquisições, Contas a pagar com aquisições, Exposição líquida - perda.



## ★ continuação

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos menos aplicações do que empréstimos e contas a pagar por aquisições. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas. **32. Cobertura de Seguros:** É política da Companhia e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamen-

tos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves. **33. Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Principais transações que não afetaram o Caixa:** A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2024	Consolidado 31/12/2024
Opção de compra de participação de acionistas controladores	(1.857)	(1.857)
Compra crédito tributário	-	25.399
Compensação crédito tributário x parcelamento	-	(13.676)

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS DA INSPIRALI EDUCAÇÃO S.A.

Aos Acionistas e Administradores da **Inspirali Educação S.A.** - Belo Horizonte - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Inspirali Educação S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nosso opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder à nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Reconhecimento de receita:** A principal fonte de receita da Companhia e de suas controladas advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados nos cursos regulares de graduação, pós-graduação e cursos técnicos nas modalidades presencial e à distância. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados e a Companhia oferece algumas modalidades de descontos e bolsas, integrais ou parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia e suas controladas para o processo de matrículas e manutenção de tabela de preços; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia e suas controladas para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e cursos; d) relatórios de frequência de alunos; e) emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI para confirmação da comprovação de adesão do aluno ao referido programa; (iv) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados e (v) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado. Como resultado destes procedimentos não identificamos ajuste de auditoria sobre a receita líquida. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas. Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia e suas controladas, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.17 e 25, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber:** A apuração do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve subjetividade e alto grau de julgamento da diretoria da Companhia. A determinação do valor da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas, histórico de inadimplência e avaliação do ambiente macroeconômico e setorial. A relevância de alunos matriculados em conexão com programa governamental do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) requer da diretoria da Companhia julgamentos de certa complexidade no que se refere a probabilidade de recebimento futuro das mensalidades desses alunos. Adicionalmente, em função do ciclo trimestral de matrícula, os alunos que permanecem inadimplentes ao final de cada semestre ou que não estão mais matriculados, trazem maior risco de perdas nas contas a receber, o que requer que sejam firmados acordos para renegociação dos créditos e julgamento para a determinação da provisão para perdas esperadas com esses acordos, que engloba não somente os alunos inadimplentes, mas também aqueles que firmaram acordos para pagamento de parcelas vencidas, que podem não ser completamente honrados. Consideramos

esse um principal assunto de auditoria, pois o uso de julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes pode resultar em variações significativas dessa estimativa em relação às perdas reais e esperadas. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento do processo para apuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes, incluindo: (i) avaliação das conciliações da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a diretoria a respeito das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) verificação da aderência à política de provisionamento estabelecida pela diretoria para toda a base de alunos; (iv) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do aging list, aplicação dos critérios definidos pela diretoria e testes da exatidão matemática dos cálculos da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber; (v) testes das premissas da diretoria da Companhia, quais sejam, percentuais de perdas esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber, considerando as condições atuais de mercado e as estimativas futuras ao final de cada período; (vi) confronto entre os valores apurados e contabilizados de provisão. Como resultado destes procedimentos não identificamos ajuste de auditoria sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas com créditos de contas a receber de clientes adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.5 e 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Teste de recuperabilidade do ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida:** Em decorrência das transações de combinação de negócios realizadas em exercícios anteriores, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes de R\$ 2.707.202 mil e R\$ 1.236.111 mil, respectivamente, os quais estão registrados nas demonstrações financeiras consolidadas e sujeitos a verificações anuais quanto a sua recuperabilidade (impairment). Devido à alta subjetividade das estimativas necessárias à condução do referido teste de impairment por parte da diretoria para dar respaldo às principais premissas (tais como taxa de desconto, taxa de crescimento na perpetuidade, crescimento de receita, base de alunos, valor das mensalidades, margem bruta, custos e despesas projetadas), bem como o valor contábil do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, nos montantes acima descritos, o teste de recuperabilidade foi identificado como um principal assunto de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) testes sobre os princípios e integridade dos modelos de fluxo de caixa futuros descontados elaborados pelo especialista da diretoria da Companhia; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os respectivos resultados realizados no exercício corrente, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) teste das principais premissas utilizadas pela Companhia durante o horizonte da projeção, tais como as variáveis macroeconômicas, as taxas de crescimento esperadas para o período explícito e para a perpetuidade, o nível de investimentos de capital e o capital de giro necessários, assim como a taxa de desconto, base de alunos e mensalidades projetadas, comparando as referidas premissas com dados obtidos externamente e nossas próprias avaliações de dados relevantes, como o crescimento econômico projetado no período explícito e na perpetuidade, inflação de custos e taxas de desconto e (iv) envolvimento de nossos especialistas em avaliação para nos auxiliar na revisão e avaliação das premissas e métodos utilizados pela Companhia para testar as taxas de desconto e avaliar o modelo que calcula os fluxos de caixa futuros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de determinação do valor recuperável do ágio e determinados ativos intangíveis com vida útil indefinida adotados pela diretoria da Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.1.6 e 15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da**

DIRETORIA
Guilherme Cotin de Soárez - Diretor Presidente Tiago Garcia Moraes - Diretor Financeiro e Relações com Investidores
CONTADOR
Ederson Toshiyuki Yoritomi Controller (CRC/SP 1SP265176/0-8)

**diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de certeza, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 21 de março de 2025



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S. Ltda.  
CRC SP-015199/0  
Tomas Menezes  
Contador MG-090648/0

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS VERMELHAS/MG  
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas - MG, torna público a realização de licitação NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO 007/2025, tipo menor preço por item, destinado ao Registro de Preços para FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM LABORATÓRIO COMPLETO PARA O CURSO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM que será Realizado no Município, conforme Termo de Referência. Data de abertura 14 de abril de 2025, às 09:00 (nove) horas, horário de Brasília, plataforma de licitações Licitar Digital - www.licitardigital.com.br. Maiores informações, BEM COMO EDITAL COMPLETO, junto a Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas - MG, com sede na Rua Darci Spósito, 164 - Centro, pelo telefone (33) 3755 1490, E-MAIL licitacao@aguasvermelhas.mg.gov.br E SITE aguasvermelhas.mg.gov.br.

Águas Vermelhas - MG, 26 de março de 2025

Andressa Mendes Silva  
Pregoeira

**CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHOMI/MG. AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025 - PL 07/2025 - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE INTERNET PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHOMI/MG. Abertura das Propostas, às 13h30 do dia 10 de abril de 2025 na plataforma www.licitardigital.com.br. Edital e demais informações: www.licitardigital.com.br Larissa Moura Oliveira, Pregoeira**

## PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO PRETO torna público o processo de Inexigibilidade Nº 012/2025, com fulcro no Art. 74, Inciso III, Alínea "F" da Lei 14.133/2021, que tem por objeto: Contratação de curso de capacitação para servidores envolvidos com o Setor de Compras e Licitações da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, tendo como favorecida a empresa Star Licitações e Capacitação Ltda - CNPJ 32.322.748/0001-05, com o valor global de R\$ 9.500,00. Gerência de Compras e Licitações.

A/O SCANTECH OFICINA MECÂNICA LTDA, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi concedido através do processo Administrativo nº (numero do processo), a licença (indicar o tipo da licença), para a atividade (descrever a atividade), localizada (endereço completo).

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

## AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO - Nº 66/2024

O Município de Nova Lima, torna público, que fará a reabertura do prazo do Pregão Eletrônico Registro de Preço - nº 66/2024. Objeto: Eventual aquisição de material de escritório e expediente para atender as demandas das secretarias do Município de Nova Lima. A sessão dar-se-á no dia 10/04/2025 às 09:00 h. O edital poderá ser retirado no site [www.novalima.mg.gov.br](http://www.novalima.mg.gov.br) e no site <https://ammlcita.org.br>.

Nova Lima, 27 de março de 2025.

A Pregoeira

ANUNCIE  
AQUI

(31) 3253-2205

PREFEITURAMUNICIPAL  
DE CLARAVAL/MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLARAVAL/MG, RETIFICAÇÃO. Pregão Eletrônico Nº 006/2025. Objeto: IMPLANTAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTRUTURAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CLARAVAL/MG. Nova Data de abertura: 08/04/2025 - 09h00min. O edital pode ser retirado no Dep. de Licitação, por meio do site: [www.claraval.mg.gov.br](http://www.claraval.mg.gov.br) ou [www.ammlcita.org.br](http://www.ammlcita.org.br) - Informações pelo telefone: (34) 3353-5200. 27/03/2025. José Reinaldo Cintra - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2025

Torna público edital p/ aquis. mat. asfált. em PMF. Início da disputa: 09h00min do dia 04/04/2025. Horário Brasília. Edital site oficial e AMM Licita [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br). Informações (33) 3764-1252. Jurandir F. de J. Filho - Pregoeiro

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE VARGINHA - FHOMUV  
AVISO DE REVOGAÇÃO

Fundação Hospitalar do Município de Varginha - FHOMUV, torna pública a REVOGAÇÃO do PROCESSO Nº 051/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025 - do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM SISTEMAS DE COMBATE E PREVENÇÃO A INCÊNDIO, INCLUINDO SERVIÇOS DE REMOÇÃO, INSTALAÇÃO, PINTURA, RECARGA, SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS E REALIZAÇÃO DE TESTE HIDROSTÁTICO EM EXTINTORES E HIDRANTES DA FUNDAÇÃO, com fulcro no artigo 71 da Lei Federal nº. 14.133/21.

## PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

## AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

## PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2024

O Município de Nova Lima torna público, que fará reabrirá o Pregão Eletrônico Registro de Preços - nº 60/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de transporte, montagem e desmontagem, limpeza e higienização de até 50 barracas e até 150 jogos de mesas, conexão do sistema de iluminação, com 02 ajudantes para estarem disponíveis durante o evento trabalhando como carregadores (cadeiras, gradis, retirada de lâmpadas, etc) para atender aos eventos da Secretaria Municipal de Cultura do Município de Nova Lima "Sexta na feira", "Feira das Mães", "Arraial Novalimense", "Cavalhada de São Jorge", "Feira de Natal", "Carnaval" e qualquer outro evento que surja a mesma demanda produzido pela Secretaria de Cultura. Data de realização 11/04/2025 às 09:00h. O edital poderá ser retirado no site [www.novalima.mg.gov.br](http://www.novalima.mg.gov.br), em Portal da Transparência/Publicações.

Nova Lima, 27 de março de 2025.

A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CÓRREGO DANTA/MG

## EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2025

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025

A Prefeitura Municipal de Córrego Danta/MG, torna pública, realização do Pregão Eletrônico nº 006/25, no site [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo objeto refere-se a contratação de empresa especializada em locação de infraestrutura (som e iluminação e segurança) destinados à realização da Festa do Córregodantense Ausente, na sede do Município de Córrego Danta/MG, que será realizada nos dias 19 e 20 de abril de 2025., conforme especificações constantes neste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Abertura da fase de lances: DIA: 10/04/2025, às 08 (horário de Brasília/DF).

Córrego Danta/MG, 26 de março de 2.025.

RAFAELA APARECIDA DA SILVA PEREIRA

Setor de Licitações

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**

O Município de Espera Feliz/MG –Aviso de Pregão Eletrônico – nº 28/2025- Processo 86/2025 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS LOCAÇÕES DE RETROESCAVADEIRA 4X4 COM SAPATA PARA ATENDER A SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DEFESA CIVIL. Data 11/04/2025 às 09:30 horas. O edital completo encontra-se disponível no site: [www.licitanet.com.br/OzielGomesdaSilva](http://www.licitanet.com.br/OzielGomesdaSilva) – Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTO DE LIMA/MG**

**AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº002/2025** - O Município de Augusto de Lima/MG torna público que se acha aberto o CREDENCIAMENTO Nº002/2025, Chamamento Público na forma de credenciamento para prestação de Serviços de Enfermeiro e Técnico de Enfermagem, para atendimento junto a Sec. Municipal Saúde de Augusto de Lima. Informações e edital poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal, na Av. Cel Pedro Pedras, 220, Centro - Telefax: (38) 3758-1279 / E-Mail [licitacaoaugustodelimamg@yahoo.com](mailto:licitacaoaugustodelimamg@yahoo.com) – Fabiano Henrique dos Passos – Prefeito Municipal.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VARGINHA-MG****AVISO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2.025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2.025**

O Município de Varginha (MG), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.240.119/0001-05, com sede na Rua Júlio Marcellini, nº 50 – Vila Paiva, torna público a abertura de processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – do tipo Menor Preço por lote, cujo objeto constitui-se o Registro de Preço para a Realização de exames complementares de Eletrocardiograma, Eletroencefalograma, Acuidade Visual, Audiometria e Espirometria Ocupacional. PERÍODO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: De 28/03/2025 às 08h59 à 14/04/2025 às 08h59. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 14/04/2025 às 09h00. REFERÊNCIAS DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Acesso ao Edital: Mediante acesso ao site [www.varginha.mg.gov.br](http://www.varginha.mg.gov.br) na aba Empresa -> Licitações, ou no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Varginha (MG), 26 de março de 2.025.

Roberto César de Lima Ribeiro - Secretário Municipal de Administração

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPONVAR - MG****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025**

Prefeitura Municipal de Japonvar - MG, Processo Licitatório nº 015/2025 - Pregão Eletrônico nº 004/2025. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, LICITAÇÃO ESTA A SER REGIDA PELA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. Abertura: 08/04/2025 às 09:00 horas. E-mail: [japonvarlicitacao@gmail.com](mailto:japonvarlicitacao@gmail.com) e [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br).

Welson Gonçalves da Silva  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG**

MUNICIPIO DE MONTE AZUL-MG, AVISO DE LICITAÇÃO, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025, torna público o aviso de licitação, objetivando CONTRATAÇÃO DE AQUISIÇÃO PARCELADA DE FÓRMULAS NUTRICIONAIS INFANTIL E COMPLEMENTO ALIMENTAR, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE MONTE AZUL-MG. Recebimento da(s) Proposta(s): de 26/03/2025 até 08/04/2025 até às 07:59h - Abertura e Exames de Propostas: 08/04/2025 às 08:00h - Início da Sessão: 08h:00min do dia 08/04/2025. Interessados manter contato pelo endereço eletrônico: e-mail: [licitacaomoa@gmail.com](mailto:licitacaomoa@gmail.com) ou diretamente na sede do município, na Pça. Cel. Jonathas, 220, Centro.

Monte Azul-MG, 26/03/2025

NADYO MARLLON DE SOUZA CUSTODIO  
Pregoeiro Oficial

20ª Vara Cível - Belo Horizonte/MG- Edital de Citação - Prazo de 30 DIAS – A DRA. Rafaela Kehrig Silvestre, Juíza de Direito da 20ª Vara Cível em substituição da Comarca de Belo Horizonte, na forma da lei, FAZ SABER a todos os interessados e, especialmente, a parte Executada Abilio da Costa Filho, inscrito no CPF sob o n. 025.000.797-59, que contra si foi proposta por Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob o n. 60.746.948/0001-12, a Ação de Execução de Título Extrajudicial, autuada em 20/03/2013, registrada sob o n. 1204174-88.2013.8.13.0024, resumidamente, aduz o Exequente que o Executado celebrou com a instituição financeira exequente Instrumento Particular de Confissão e Outras Avenças no valor de R\$ 28.636,00 (vinte e oito mil, seiscentos e trinta e seis reais), correspondentes aos diversos contratos assinados, entre as partes, tendo o Executado assinado a referida confissão e recebido cópia do referido termo, apondo suas assinaturas sem qualquer restrição. A referida confissão de dívida veio a ser assinada após o vencimento dos contratos já que diversos financiamentos e obrigações não foram cumpridos tendo assim o Executado se comprometido a pagar o valor em 48 (quarenta e oito) prestações mensais e consecutivas cada, no valor de R\$ 879,53 (oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos) vencendo a primeira em 27/10/2012 e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes, até final e integral liquidação. Tornou-se o Executado inadimplente com suas obrigações, perfazendo o débito atualizado de toda a confissão de dívida até 08/03/2013 no valor de R\$ 32.498,71 (trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e oito reais e setenta e um centavos). Diante do exposto, requer a citação da parte a fim de que venha cumprir a obrigação de pagar o débito e, como a Executada encontra-se em local incerto e não sabido, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da lei, pelo qual fica a mesma devidamente CITADA/INTIMADA para em três dias, pagar o débito (art. 829 do CPC) ou, no prazo de quinze dias apresentar embargos, independentemente da garantia do juízo (art. 915 do CPC). Fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito atualizado, sendo reduzidos à metade caso seja efetuado o pagamento integral no prazo de três dias (art. 827, 1º do CPC). O Executado poderá requerer o parcelamento do débito, em até seis vezes, caso sejam cumpridos os requisitos do art. 916 do CPC. Belo Horizonte, MG, data da assinatura eletrônica. Eu, Daniel Chaves Costa, Gerente de Secretaria da 20ª Vara Cível redigi o presente edital. Dra. Rafaela Kehrig Silvestre, Juíza de Direito.



JÚNIOR LOPES  
DIRETOR-EXECUTIVO  
[junior.lobes@hojeemdia.com.br](mailto:junior.lobes@hojeemdia.com.br)

IRACEMA BARRETO  
Editora-Chefe

ANA PAULA LIMA  
Editora-Executiva

EDIMINAS S/A  
Editora Gráfica Industrial de MG

CONTATO COMERCIAL  
Thiago Alfenas  
(31) 99185-6231 - 3253-2210  
[thiago.alfenas@hojeemdia.com.br](mailto:thiago.alfenas@hojeemdia.com.br)

REDAÇÃO  
(31) 3253-2226 - 3253-2229  
Rua dos Pampas, 484, Prado  
CEP: 30.411-030 - Belo Horizonte-MG

MERCADO LEITOR  
[circulacao@hojeemdia.com.br](mailto:circulacao@hojeemdia.com.br)

GERAL:  
(31) 3253-2205

PUBLICIDADE LEGAL  
EDITAIS E BALANÇOS  
[fonados@hojeemdia.com.br](mailto:fonados@hojeemdia.com.br)  
(31) 3253-2210

RELACIONAMENTO COM O CLIENTE  
(31) 3253-2225  
[atendimento@hojeemdia.com.br](mailto:atendimento@hojeemdia.com.br)

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SERRANA/MG**

Torna pública a abertura do Processo licitatório nº 044/2025, pregão eletrônico nº 013/2025, Registro de Preço. Objeto – AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS, PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER DE NOVA SERRANA/MG. Abertura da Sessão Pública – dia 08/04/2025 às 13:00 horas através da plataforma BLL Compras [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Mais informações pelo telefone 37- 3226.9031.

Nova Serrana, 26 de março de 2025  
Fábio José de Oliveira – Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO/MG**

A Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, informa que FICA RETIFICADO o Processo Licitatório 15/2025 - Pregão Eletrônico N.º 15/2025 – contratação de empresa especializada no fornecimento de equipamentos, software e infraestrutura para o CENTRO ADMINISTRATIVO conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O Edital completo e o Termo de Retificação poderão ser obtidos no sítio eletrônico <https://www.saogoncalo.mg.gov.br/transparencia> e/ou <https://licitar.digital>.

S. G. R. Abaixo, 25 de março de 2025  
Raimundo Nonato de Barcelos – Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVISÓPOLIS/MG  
AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2025  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2025**

Município de Divisópolis/MG, Praça Sérgio Chaves, 100, Centro - CNPJ: 66.234.311/0001-23 - Fone: (33) 3724-1336 - Processo Licitatório nº 020/2025 - Pregão Eletrônico nº 006/2025 - Registro de Preços - Tipo: "Menor Preço Por Item" - OBJETO: Registro de Preços para futura contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE ITENS DE HORTIFRUIT (VERDURAS, FRUTAS E LEGUMES) para atender as demandas das Secretarias do Município de Divisópolis - MG. Legislação: Lei Federal 14.133/21. ABERTURA DIA 08/04/2025 ÀS 14:00hrs MIN - EDITAIS E SEUS ANEXOS ESTÃO DISPONÍVEIS na sala de licitações e no site [www.divisopolis.mg.gov.br](http://www.divisopolis.mg.gov.br), na plataforma [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)

Cristiane Souto Lima Vieira  
Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVISÓPOLIS/MG  
AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0021/2025**

Município de Divisópolis/MG, Praça Sérgio Chaves, 100, Centro - CNPJ: 66.234.311/0001-23 - Fone: (33) 3724-1336 - Processo Licitatório nº 0021/2025 - Pregão Eletrônico nº 007/2025 - registro de preços - tipo: "menor preço por item" - OBJETO: Contratação de empresa para FORNECIMENTO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS para atender as necessidades das Secretarias do Município de Divisópolis/MG. Legislação: Lei Federal 14.133/21. ABERTURA DIA 09/04/2025 ÀS 09:30 hrs - EDITAIS E SEUS ANEXOS ESTÃO DISPONÍVEIS na sala de licitações e no site [www.divisopolis.mg.gov.br](http://www.divisopolis.mg.gov.br), na plataforma [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)

Cristiane Souto Lima Vieira  
Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVISÓPOLIS/MG  
AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2025**

Município de Divisópolis/MG, Praça Sérgio Chaves, 100, Centro - CNPJ: 66.234.311/0001-23. Fone: (33) 3724-1336 - Processo Licitatório nº 019/2025 - Pregão Eletrônico nº 005/2025 - Registro de Preços - Tipo: "Menor Preço Por Item" - OBJETO: Contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE ITENS DE AÇOUGUE (CARNES) para atender as demandas das Secretarias do Município de Divisópolis - MG. Legislação: Lei Federal 14.133/21. ABERTURA DIA 08/04/2025 ÀS 08:00hrs - EDITAIS E SEUS ANEXOS ESTÃO DISPONÍVEIS na sala de licitações e no site [www.divisopolis.mg.gov.br](http://www.divisopolis.mg.gov.br), na plataforma [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br)

Cristiane Souto Lima Vieira  
Pregoeira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CATAS ALTAS/MG**

Pregão Eletrônico SRP nº 019/2025, PRC nº 047/2025, aquisição de gênero alimentícios, Sessão pública: 10/04/2025 às 08h01min. Sítio: <http://portaltransparencia.catasaltas.mg.gov.br/licitacoes>, Tel.: 08000317140. Catas Altas, 26/03/2025

Alda Aparecida Batista  
Secretária Municipal de Educação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PORTEIRINHA/MG**

Pregão Eletrônico por Registro de Preços Nº. 014/2025, torna público o aviso de licitação, objetivando aquisição registro de preços para eventual aquisição parcelada de materiais de escritório e expediente para atender a demanda das Secretarias Desta Municipalidade, Recebimento da(s) Proposta(s): de 26/03/2025 até 08/04/2025 até 08:59hs – Abertura e Exames de Propostas: 08/04/2025 às 09:00 h – Início da Sessão: 09:00h do dia 08/04/2025. Interessados acessar endereço eletrônico: [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br).  
Eulene Mendes Pereira-Pregoeira –Município Nova Porteirinha-MG.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERA FELIZ/MG**

Aviso de Retificação Pregão Eletrônico – nº 29/2025 - Processo 087/2025. Contratação de empresa para licenciamento de uso de software de Gestão em Saúde, com atualização mensal, que garanta as alterações legais, corretivas e evolutivas, incluindo conversão de dados pré-existent, migração, implantação, treinamento, suporte, atualização e atendimento técnico via telefone, acesso remoto, visita in loco e devendo ainda atender todas as necessidades legais, para atender demanda da Secretaria Municipal de Saúde. Data da Sessão: 11/04/2025 às 09:30 horas. O edital encontra-se disponível no site: [www.esperafeliz.mg.gov.br](http://www.esperafeliz.mg.gov.br) ou <https://www.licitanet.com.br>.

Oziel Gomes da Silva  
Prefeito Municipal.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MANHUAÇU/MG  
RERRATIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/2025**

Aviso de Rerratificação do Edital na modalidade Pregão Eletrônico Nº 18/2025, Processo Nº 003167/2025, do tipo Menor Preço, Julgamento por Item, visando o Registro de Preços para aquisição de Materiais descartáveis, materiais de construção (moldes e placas de concreto para a fabricação de lixeiras fixas na zona rural), contêineres, conjunto de lixeiras para a coleta seletiva, e materiais de higiene e limpeza urbana, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Limpeza Urbana, referente a ajustes no Anexo II. A data permanece dia 10/04/2025 às 08h30min. As informações inerentes a presente publicação estarão disponíveis aos interessados no Setor de Licitações, situada à Praça Cinco de Novembro, nº 381, Centro, no horário de 09h00min às 11h00min e 13h00min às 16h00min, através do e-mail: [licitacao@manhuacu.mg.gov.br](mailto:licitacao@manhuacu.mg.gov.br), através do site [www.manhuacu.mg.gov.br](http://www.manhuacu.mg.gov.br) e no sistema BLL Compras ([www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)).  
Manhuacu/MG, 26 de março de 2025

Agente de Contratação e Equipe de Apoio

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE AZUL/MG**

MUNICIPIO DE MONTE AZUL-MG, AVISO DE LICITAÇÃO, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025, torna público o aviso de licitação, objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM GRAVAÇÃO DE ENTREVISTAS, IMAGENS AÉREAS, CRIAÇÃO DE VIDEOS INSTITUCIONAIS, FORNECENDO SUPORTE ABRANGENTE NO PLANEJAMENTO E CRIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE AÇÕES DO MUNICIPIO, COMPREENDENDO UMA CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS, SENDO DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA. ALEM DISSO É ESPERADO O ENVOLVIMENTO EM ATIVIDADES DE CAMPO E ACOMPANHAMENTO EM TODOS OS EVENTOS E FESTIVIDADES DO MUNICIPIO DE MONTE AZUL-MG. Recebimento da(s) Proposta(s): de 26/03/2025 até 09/04/2025 até às 07:59h - Abertura e Exames de Propostas: 09/04/2025 às 08:00h - Início da Sessão: 08h:00min do dia 09/04/2025. Interessados manter contato pelo endereço eletrônico: e-mail: [licitacaomoa@gmail.com](mailto:licitacaomoa@gmail.com) ou diretamente na sede do município, na Pça. Cel. Jonathas, 220, Centro.

Monte Azul-MG, 26/03/2025

JOÃO MAYKON MOREIRA MIRANDA  
Pregoeiro

**SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MANHUAÇU/MG  
CNPJ: 22.050.561/0001-38****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025 - RESULTADO  
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 16/2025**

O SAAE de Manhuacu faz saber que no Pregão Eletrônico nº 008/2025 para Contratação de empresa para aquisição de equipamentos de Proteção Individual e Coletiva- EPI e EPCs para os servidores do SAAE, realizado no dia 20/03/2025 às 08:00 horas, sagraram-se vencedoras as empresas, SM SEGURANÇA BELO HORIZONTE LTDA dos itens 1 e 24, perfazendo o valor total de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais), DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS CASTRO OLIVEIRA LTDA, do item 2, perfazendo o valor total de R\$ 2.574,00 (dois mil e quinhentos e setenta e quatro reais), COMERCIAL J& C COMEX LTDA dos itens 3, 10, 13, 17, 18 e 21, perfazendo o valor total de R\$ 8.841,90 (oito mil, oitocentos e quarenta e um reais e noventa centavos), BH SOLDAS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL LTDA, dos itens 5, 11, 14, 19, 22 e 23, perfazendo o valor total de R\$ 4.768,40 (quatro mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta centavos), R. DE O SANTIL EPI, dos itens 6, 7, 9 e 25, perfazendo o valor total de R\$ 24.240,80 (vinte e quatro mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), PIZANI EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA, do item 8, perfazendo o valor total de R\$ 4.289,60 (quatro mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos), TOTAL SEGURANÇA EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA, dos itens 12 e 20, perfazendo o valor total de R\$ 835,50 (oitocentos e trinta e cinco e cinquenta) e KARLA DE SOUZA E SILVA, do item 27, perfazendo o valor de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais). Os itens 4, 15, 16, 26 e 28 foram declarados fracassados.

Manhuacu/MG, 26 de março de 2025.  
Elizete Luiz Bonifácio – Pregoeira.

EDITAIS/RESULTADOS DETALHADOS/OUTRAS INFORMAÇÕES: Av. Doutor Jorge Hannas, s/nº - Bairro Bom Jardim – Manhuacu-MG, pelo tel.: (33) 3339-3650 ou pelo e-mail: [cpl@saaemanhuacu.mg.gov.br](mailto:cpl@saaemanhuacu.mg.gov.br) nos dias úteis, horário das 08:00 às 11:00, de 13:00 h ou através do site [www.saaemanhuacu.com.br](http://www.saaemanhuacu.com.br) e no sistema do Licitanet ([www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)).


**MIRASOL – AGROPECUÁRIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.**  
**CNPJ nº 23.264.450/0001-97 – NIRE 31202643986 em 02/06/1987**  
**CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA DE QUOTISTAS**

Ficam os Srs. sócios quotistas, por seu representante legal abaixo identificado, convocados para reunião a ser realizada em 28/04/2025, às 16 horas com quórum qualificado e às 18 horas, com qualquer quórum, na sede da Empresa para discussão e aprovação dos seguintes assuntos: • Reconhecimento e registro de Inventário de sócio falecido; • Aprovação de contas dos Administradores, e • Outros assuntos de interesse da Empresa.  
Belo Horizonte, 18 de Março de 2025. Roberto Furtado de Paula Ferreira

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSOS/MG**

**AVISO DE ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº.010/2025 – PROC.ADM. Nº031/2025** - Fica alterado o Edital e todos os seus anexos, cujo objeto é aquisição de itens de copa e cozinha para atender as necessidades das Secretarias Municipais, na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preço, do tipo menor preço por item. A Cópia da Errata encontra-se disponibilizada na íntegra no site da prefeitura, no link licitações <http://passosportaltransparencia.portalfacil.com.br/> e na plataforma <https://licitar.digital/>. A nova data da sessão será às 08h30 dia 14/04/2025. Local: [www.licitardigital.com.br](http://www.licitardigital.com.br). Passos, 26 de março de 2025. Diego Rodrigo de Oliveira - Prefeito Municipal.

Anna Clara de Lima Ferreira, responsável pelo empreendimento denominado **POSTO ALLGAS LTDA**, CNPJ: 05.351.360/0001-51, posto de abastecimento de veículos, situado a Avenida Saramenha, 1.632, Guarani, Belo Horizonte/MG, torna público que protocolizou requerimento de Licença de Operação Corretiva ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM.



**ANUNCIE AQUI**  
**(31) 3253-2205**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MIRAVÂNIA/MG**

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA** - Torna-se público que realizará Dispensa Nº 009/2025 – Proc. Adm. Nº 010/2025, Objeto: Aquisição de 90 kg de pão francês, nos termos do Art. 75, II, c/c Art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021 - Data de recebimento de propostas adicionais: Dia 02/04/2025, até às 08h00m, pelo e-mail: [miravania\\_legis@yahoo.com.br](mailto:miravania_legis@yahoo.com.br). Aloisio Pereira Farias – Presidente da Câmara

**AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA** - Torna-se público que realizará Dispensa Nº 010/2025 – Proc. Adm. Nº 011/2025, Objeto: Aquisição de 60 kg de bolo confeitado, nos termos do Art. 75, II, c/c Art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021 - Data de recebimento de propostas adicionais: Dia 02/04/2025, até às 11h00m, pelo e-mail: [miravania\\_legis@yahoo.com.br](mailto:miravania_legis@yahoo.com.br). Aloisio Pereira Farias – Presidente da Câmara

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERA – MG**
**DISPENSA Nº 20/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 183/2025**

Torna pública a abertura de processo para aquisição de painel eletrônico de instrumentos da Patrol New Holland RG 140B – nº de série \*NCAF01623\* em atendimento a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

**SESSÃO PÚBLICA:** Dia 02/04/2025 às 13:00, através do site [www.ammlicita.org.br](http://www.ammlicita.org.br).

Editais disponíveis no site: [www.novaera.mg.gov.br](http://www.novaera.mg.gov.br).  
Departamento de Compras e Licitações: Rua João Pinheiro, 91 – Centro.  
Txai Silva Costa – Prefeito Municipal.

**DMAE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POÇOS DE CALDAS/MG**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2025 - PROCESSO Nº 026/2025**

O DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto de Poços de Caldas/MG, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que fará realizar no dia 09 de abril de 2025, às 09:00 horas por meio da INTERNET, através do site [www.ammlicita.org.br](http://www.ammlicita.org.br), a abertura do Pregão Eletrônico nº 016/2025, objetivando a AQUISIÇÃO DE TRANSMISSORES HIDROSTÁTICOS E MONITORES DE PRESSÃO. O referido edital encontra-se à disposição dos interessados no site [www.dmaepc.mg.gov.br](http://www.dmaepc.mg.gov.br). Portaria nº 056/2024. Poços de Caldas, 26 de março de 2025.


**CONDOMÍNIO VALE DO OURO**  
**CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

Ficam convocados os condôminos do Condomínio Vale do Ouro, estabelecido junto a BR 040, KM 509 sentido Belo Horizonte/Brasília, no município de Ribeirão das Neves/MG, para, na forma prevista da Cláusula Vigésima Segunda, Parágrafo Primeiro, Letra A da convenção do Condomínio, reunirem-se em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 06 de Abril de 2025 (DOMINGO) às 9:00 horas em primeira convocação com o quórum necessário e às 9:30 horas com qualquer número de condôminos adimplentes, na quadra coberta do Condomínio, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos, que constituem a ordem do dia:

- Regularização dos eventos particulares nas áreas comuns.
- Regularização do CVO
- Mudança de horário de funcionamento da guarita Vale das Acácias.
- Comissões da Cemig e Internet no Cvo.
- Processos Judiciais do Cvo.

Ribeirão das Neves, 19 de Março de 2025  
Conselho da Administração


**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
**CONDOMÍNIO QUINTAS DA JANGADA**

Ficam, pelo presente edital, CONVOCADOS todos os Condôminos e Moradores do Condomínio Quintas da Jangada a participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se no dia 27/04/2025 (Vinte e sete de abril de dois mil e vinte e cinco), no Centro Administrativo do Condomínio Quintas da Jangada, Ibitiré/MG, às 9:00h (nove horas), em primeira chamada, com metade dos associados, ou às 9:30h (nove horas e trinta minutos), em segunda chamada, com qualquer número de presentes:

Ordem do Dia:  
I – Apreciar e julgar as contas do Conselho Deliberativo e de seu síndico; II – Discutir e votar o plano diretor e orçamento anual;  
III – Eleger os membros dos Conselho deliberativo e Fiscal.  
Para conhecimento geral, este Edital será afixado na Portaria de acesso ao Condomínio, sendo que será enviada cópia aos Condôminos através de Carta, ou e-mail, ou quadro de avisos, ou faixas e publicado em jornal de ampla circulação na região.

Ibitiré, 27 de Março 2025  
Leandro Alves Rocha  
Síndico

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMONAS/MG**
**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PROCESSO Nº 019/2025**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMONAS/MG, TORNA PÚBLICO o Procedimento Licitatório Processo nº 019/2025 - Concorrência Eletrônico 003/2025, abertura no dia 10/04/2025 às 09:00, cujo objeto é a contratação de empresa para EXECUÇÃO DE OBRA DE CALÇAMENTO EM PAVIMENTO INTERTRAVADO EM BLOCO SEXTAVADO CONFORME PREVISTO NO CONTRATO DE REPASSE Nº 942756/2023/MIDR/CAIXA. Fone: 038 99109-1792 - E-mail: [licitacao@mamonas.mg.gov.br](mailto:licitacao@mamonas.mg.gov.br) - site <https://mamonas.mg.gov.br/> e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Mamonas/MG, 26 de Março de 2025.

Valdeci Custodio Jorge - Prefeito

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMONAS/MG**
**AVISO DE LICITAÇÃO**
**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO PROCESSO Nº 015/2025**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMONAS/MG, TORNA PÚBLICO o Procedimento Licitatório Processo nº 015/2025 - Pregão Eletrônico 011/2025, ABERTURA NO DIA 09/04/2025 às 09:00, cujo objeto é o registro de preço para contratação de empresa para EXECUÇÃO E INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, em atendimento às demandas do Município de Mamonas/MG. Fone: 038 99109-1792 - E-mail: [licitacao@mamonas.mg.gov.br](mailto:licitacao@mamonas.mg.gov.br) - Site <https://mamonas.mg.gov.br/> e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Mamonas/MG, 26 de Março de 2025.

Valdeci Custodio Jorge - Prefeito

**CLUBE RECREATIVO DOS SERVIDORES PÚBLICO**
**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO**

A diretoria do Clube Recreativo dos Servidores Públicos faz saber, a todos os seus associados, ativos e inativos da SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, que, a partir de abr/25, os descontos de seguro e mensalidade social, serão reajustados conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 06/02/2025. O presente edital atende o decreto nº 43.723/2004, da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, em seus respectivos artigos 12 e 13. Belo Horizonte, 27 de março de 2025. Clube Recreativo dos Servidores Públicos/ CNPJ 16.663.098/0001-05 – Luiz Roberto dos Santos - Presidente

**UNIGEL - UNIÃO GONTIJO EMPREENDIMENTOS LTDA**

CNPJ nº 41.720.095/0001-03  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

**Aos sócios:** Espólio de Maria Lúcia Reis Gontijo Quadros, representado por seu inventariante, Sr. Mário Luiz Gontijo Quadros, Maria Luiza Reis Gontijo, Mário Lúcio Reis Gontijo, Maria Teresa Reis Gontijo, Maria Inês Reis Gontijo, Dacir de Oliveira Quadros, Mário Luiz Gontijo Quadros, Luiz Roberto Gontijo Quadros, Luciana Gontijo Quadros, brasileira, casada, engenheira civil e Mário Flávio Carneiro Gontijo, brasileiro, casado, administrador de empresas, ambos na qualidade de diretores da empresa UNIGEL – União Gontijo Empreendimentos Ltda, CNPJ 41.720.095/0001-03, sociedade empresária com sede na Rua Petrópolis, nº. 500, Bairro Bom Pastor, CEP: 35.502-468, por meio do presente, na forma do artigo 1.152, §3º do Código Civil, CONVOCAM os sócios acima nomeados para REUNIÃO DE SÓCIOS, a realizar-se no dia 02/04/2025 em primeira chamada às 9h00min, com ¼ do capital social, e em segunda chamada às 9h15min, com os sócios presentes, em qualquer número. A Assembleia será realizada exclusivamente de forma híbrida, facultando ao Sócio comparecer na sede da empresa ou virtualmente, conforme autorizado pelos Sócios na "Primeira reunião presencial extraordinária de sócios da Unigel do ano de 2023". O link de acesso à reunião pela plataforma google meet é: <https://meet.google.com/gss-feqj-yrs> - A reunião será realizada para deliberar sobre a aprovação das contas já prestadas pelos administradores da Sociedade, referentes ao exercício de 2024, nos termos dos documentos contábeis já disponibilizados para consulta por meio de Circular interna aos Sócios. A presente convocação será enviada para todos os sócios acima identificados, por meio eletrônico, bem como será publicada no órgão oficial da União, nos termos do artigo 1.152, §3º do Código Civil. Divinópolis/MG, assinaturas em 19 de março de 2025. LUCIANA GONTIJO QUADROS, sócia-diretora; MÁRIO FLÁVIO CARNEIRO GONTIJO, diretor.

Edital de Notificação de Confrontantes Não Localizados - Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade, Oficial do Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão das Neves/MG em cumprimento no disposto da Lei 6015/73 vem dar conhecimento ao Sr. Danilo Francisco de Jesus, suposto proprietário do lote 48 da quadra 06 do Bairro Mariana; ao Sr. Antônio André Ferreira, suposto proprietário do lote 52 da quadra 06 do Bairro Mariana e ao Sr. José Correia, suposto proprietário do lote 50 da quadra 06 do Bairro Mariana, proprietário de terreno confinante ao imóvel Rural denominado "Sitio Betel e Barrerinho" com área registrada de 93,4985ha, que foi protocolizado na Serventia pedido de retificação de área do mesmo registrado em nome de Pereira e Sampaio Participações Ltda., que passará a ter a área de 76,7098ha, após Levantamento Topográfico realizado por Joaquim Andrade Borges, CREA 200418/D, retificada pelo Georreferenciamento do terreno. Qualquer manifestação e/ou impugnação ao pedido de Retificação de área deverá ser encaminhada à Serventia, no prazo máximo de 15(quinze) dias após a 2ª e última publicação deste Edital, na Rua David Miguel, nº21, sala 01 em Ribeirão das Neves/MG ou através do através do email: [cartorioregistroimoveisneves@gmail.com](mailto:cartorioregistroimoveisneves@gmail.com), ficando os notificados cientes que na falta de impugnação, será considerada anuência e o registro será efetuado. Dado e passado em Ribeirão das Neves, 20 de março de 2025.

**Comarca de Lagoa Santa Estado de Minas Gerais – OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS**
**Danilo de Assis Faria – OFICIAL – EDITAL DE REGISTRO DE LOTEAMENTO URBANO – LOTEAMENTO DENOMINADO "PARK VIVAR"**

Município e Comarca de Lagoa Santa/MG. Danilo de Assis Faria, Oficial do Registro de Imóveis desta Comarca de Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, no pleno exercício de seu cargo e na forma da Lei, etc. FAZ PÚBLICO que JMV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, CNPJ 45.819.516/0001-09, com sede em Lagoa Santa/MG, na Rua Aquiles Lisboa, nº 57, sala 01, Bairro Vila Pinto Coelho, devidamente representada, apresentando os documentos exigidos pela Lei 6.766/79, protocolou pedido de registro do loteamento denominado "Park Vivar", situado no lugar denominado "Varginha e Bahú", em Lagoa Santa/MG, com área de total de 297.790,71m² (duzentos e noventa e sete mil, setecentos e noventa metros e setenta e um centímetros quadrados), objeto da matrícula 56.417, livro 2, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, dando origem a 18 quadras, 274 lotes, área institucional 1 com 11.786,89m², área institucional 2 com 6.108,04m², área de lazer 1 com 7.394,22m², área de lazer 2 com 1.600,11m², área de lazer 3 com 3.788,76m², área de lazer 4 com 1.204,84m², 01 área verde com 28.941,54m², sistema viário de 67.970,60m². O loteamento foi devidamente aprovado pelo Município de Lagoa Santa/MG, conforme Decreto nº 5.388 de 16/10/2024, e Termo de Compromisso nº 009/2024/SDU, celebrado em 10 de setembro de 2024 entre o MUNICÍPIO e JMV EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. A Anúncia Prévia da Agência RMBH consta da Certidão nº 49/2024 datada de 23/07/2024 e o selo de anuência foi emitido nas plantas do loteamento apresentadas ao registro imobiliário, assinadas pelo Diretor Geral da Agência RMBH, Marcus Vinicius Mota de Meira Lopes, Processo ARMBH SEI nº 2430.01.0000592/2022-21. Os documentos apresentados foram autuados e prenotados sob o nº 128.408 em 27/12/2024 e ficam à disposição de quaisquer interessados para exame nesta Serventia, e não sendo apresentada impugnação no prazo de quinze dias, contados da última publicação deste edital, proceder-se-á o registro requerido, na forma da lei. Este edital será afixado no lugar de costume e publicado por três vezes consecutivas em jornal local. Segue desenho do perímetro do imóvel. Lagoa Santa/MG, 14 de março de 2025. Danilo de Assis Faria. Ofício de Registro de Imóveis de Lagoa Santa.


**ICASA - INDÚSTRIA CERÂMICA ANDRADENSE S/A.**

CNPJ Nº 17.884.560/0001-59 - NIRE Nº 3.130.005.260-5

**Aviso aos Acionistas** - Encontram-se à disposição dos senhores acionistas da Icasa - Indústria Cerâmica Andradense S/A., no escritório administrativo da sociedade, na avenida Ricarti Teixeira, nº 1.444, bairro Contendas, Andradas, Estado de Minas Gerais, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.  
Andradas, 24 de março de 2025. (a) DIRETORIA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMÉSIA - MG**
**AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO**
**INEXIGIBILIDADE Nº. 010/2025**

Acha-se aberta, no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Carmésia, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 022/2025 – CREDENCIAMENTO Nº 001/2025, com a finalidade de contratar Oficineiros. Processo regido pela Lei Federal nº 14.133/2021. Credenciamento aberto de 27/03/2025 ao dia 31/12/2028. Primeira Sessão: as 09hs00min do dia 08/04/2025. O Edital Completo no Departamento de Licitações da Prefeitura de Carmésia, diretamente no Sítio Oficial <http://www.carmesia.mg.gov.br> ou por solicitação no endereço eletrônico [licitacao@carmesia.mg.gov.br](mailto:licitacao@carmesia.mg.gov.br). Informações pelo telefone (31) 3864 1807.

Carmésia/MG, 26 de março de 2025.

Junior Taisson da Cruz Silva

Agente de Contratação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ - MG**

O município de Ubá comunica a realização do Pregão Eletrônico nº. 06/2025 - Aquisição estimada de persianas e cortinas, para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme condições e especificações contidas no documento de formalização de demanda e quantitativos estabelecidos no edital e todos os seus anexos. A abertura iniciará no dia 09 de abril de 2025, às 10 horas, no Portal de Compras da Associação Mineira dos Municípios (<https://ammlicita.org.br/>). Pregão Eletrônico nº. 14/2025 - Registro de Preços para prestação de serviços na locação de máquinas, caminhões e equipamentos, incluindo operador habilitado, abastecimento, manutenção e transporte de deslocamento do equipamento até o local do serviço, para atender a demanda da SMO e SMAMU. A abertura iniciará no dia 11 de abril de 2025, às 10 horas, no Portal de Compras da Associação Mineira dos Municípios (<https://ammlicita.org.br/>). Editais completos disponíveis no sítio eletrônico deste município, no endereço [www.uba.mg.gov.br](http://www.uba.mg.gov.br), na plataforma da AMM <ammlicita.org.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP. Outras informações telefone (32)3541-8502, e-mail [compras@uba.mg.gov.br](mailto:compras@uba.mg.gov.br)


**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Na qualidade de Síndico dos Condomínios Estâncias das Amendoeiras I e II, sirvo-me da presente para convocar V. Sas. a participarem da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, nos termos do art. 16 da Convenção de Condomínio, às 18h00 do dia 29 de março de 2025 em primeira convocação, contando com a presença de pelo menos metade dos votos totais, ou às 18h30 em segunda convocação, no mesmo dia e local, com qualquer número de presentes, no salão de festas da Praça de Esportes dos Condomínios. Na sequência se dará início à votação conforme a seguinte ordem do dia:

- Apreciação das contas apresentadas pelo Síndico correspondentes ao período de 01/01/2024 a 31/12/2024;
- Aprovação do orçamento dos encargos comuns e despesas de custeio para o período de 01/01/2025 a 31/12/2025, com o correspondente reajuste das taxas condominiais;
- Fixar os honorários do Síndico;
- Eleição do Síndico, dos Conselhos Fiscais dos Condomínios I e II e da Praça de Esportes para o exercício do mandato de 01/04/2025 a 31/03/2026.

Observações Gerais:  
• É lícito aos condôminos se fazerem representar na Assembleia ora convocada por outro condômino, munidos com as procurações específicas (art. 21 da Convenção de Condomínio). Procuração de pessoa jurídica deve estar acompanhada da última alteração do Contrato Social.

• Ficam os condôminos cientes que se o procurador já tiver votado, o condômino não mais poderá fazê-lo, de modo que a revogação da outorga de poderes só terá eficácia se realizada antes que o procurador pratique o ato de representação.

• Caso os condôminos proprietários da mesma unidade outorguem poderes a mais de um procurador em 2 (duas) procurações distintas, nenhum dos procuradores será admitido à representação e se reputarão inválidas ambas as procurações.

• A ausência do condômino não o desobriga de aceitar como tácita concordância aos assuntos que forem tratados e deliberados (art. 18 da Convenção de Condomínio).

• Os condôminos em atraso nos pagamentos de suas taxas condominiais não poderão votar nas deliberações (art. 22 da Convenção de Condomínio).

• Os Conselhos Fiscais serão constituídos de três membros efetivos e três suplentes, proprietários de partes autônomas (condôminos) (art. 32 da Convenção de Condomínio).

Observações sobre as Eleições:

• As chapas com os dados completos dos condôminos que irão concorrer aos cargos de síndico e conselheiros deverão ser protocolizadas previamente na Administração, até às 17h00 do dia 27/03/2025 (quinta-feira) para que as cédulas sejam confeccionadas.

• O requerimento deverá conter: nome completo dos candidatos, com indicação dos cargos aos quais concorrem, CPF e endereço no Condomínio.

• Somente será aceito o registro da chapa que contenha todos os cargos.

• O candidato não pode participar de mais de uma chapa, sob pena de nulidade do registro de ambas as chapas registradas.

• O candidato não pode concorrer para mais de um cargo, sob pena de nulidade do registro da chapa.

• As cédulas não serão substituídas, nem haverá entrega de novas cédulas em caso de perda, extravio ou falha no preenchimento.

• As cédulas estarão devidamente identificadas e rubricadas.

Lagoa Santa, 21 de março de 2025.

Rogério Lima de Sá Fortes

Síndico